

Versão Original

Apontamentos Heterodoxos sobre Globalização e Desenvolvimento em África

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt
Faculdade de Economia do Porto
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Resumo:

Começa-se por chamar a atenção para a importância da heterodoxia em Economia e da interdisciplinaridade referindo-se, a propósito de cada uma destas referências conceptuais e políticas, aspectos que reputamos relevantes para o sucesso futuro do IESE.

As “evidências” propagandeadas pela ideologia neoliberal exige um rigoroso trabalho de construção de um discurso alternativo e de destruição das falsas certezas. Uma crítica assente em dados e na teoria.

A globalização, fase recente da mundialização do capitalismo, caracteriza-se diferencial e essencialmente pelo aumento da importância dos mercados financeiros, assente no capital fictício. Esta situação faz com que haja uma relação indissociável entre globalização e economia subterrânea. Globalização é agravamento das desigualdades económico-sociais à escala mundial e em muitos países. Mas é também o enquadramento do actualmente designamos por “cooperação e desenvolvimento”.

A «cooperação» e o «desenvolvimento» consignados pelo direito internacional e pelas práticas políticas sempre foram partes integrantes da estratégia do imperialismo. Actualmente são vias de rentabilização das economias dominantes e de afastamento das periferias. A análise da situação de África confirma inequivocamente esta dramática situação. Mostra convincentemente quanto as agendas político-económicas e os actuais modelos económico-sociais podem ser prejudiciais para a vivência e a sobrevivência dos povos. Estas considerações servem de suporte para a apresentação de uma concepção alternativa de desenvolvimento, assente nas características das economias subdesenvolvidas e não em comparações internacionais. O

conceito de cooperação acompanha a mudança de paradigma sobre o desenvolvimento.

Terminamos com algumas considerações críticas sobre a moda dos modelos de “economia rendeira”.

ÍNDICE

APONTAMENTO INICIAL	3
INTERDISCIPLINARIDADE	5
HETERODOXIA	9
GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO EM ÁFRICA	13
PROLEGÓMENOS	14
POSIÇÃO ORTODOXA	17
UMA LEITURA MAIS REALISTA	18
<i>A) Em relação a África não podemos ser optimistas.</i>	18
<i>B) A globalização não é o que parece ser</i>	22
<i>C) Subdesenvolvimento não é atraso. Desenvolvimento não é aproximação aos ricos.</i>	31
<i>D) A cooperação pode ser prejudicial ao desenvolvimento.</i>	36
REFERÊNCIAS HIPÓCRITAS	38
APONTAMENTO FINAL	40
BIBLIOGRAFIA	41

Apontamento inicial

Permitam-me que inicie estas minhas breves palavras saudando todos os presentes e formulando os votos de que o IESE encontre nesta conferência inaugural dinâmica para se afirmar e projectar num futuro que desejamos longo, certamente difícil mas igualmente enaltecido pelos contributos à investigação científica, à formação de uma opinião pública esclarecida, a uma melhor cidadania, à intervenção sócio-política.

Quando recebi as primeiras informações sobre esta iniciativa senti-me invadido abruptamente por um entusiasmo que as múltiplas conferências científicas espalhadas pelo mundo, como opíparos recantos de luxúria intelectual, há muito não me provocam, recordando sempre com ternura algumas das obras de David Lodge. Um entusiasmo que me fez desmarcar outras participações, reorganizar a minha actividade para hoje estar aqui. Respondendo a um desafio e aproveitando mais esta oportunidade para aprender um pouco mais sobre Moçambique, sobre África, sobre o mundo, para que consiga vislumbrar com mais clareza a minha/nossa identidade.

Certamente que me agrada regressar a este País que me apaixonou tendo chegado a fazer planos de longos períodos de vida aqui, onde chorei de emoção ao assistir à tomada de posse de Nelson Mandela e ao ver como isso era sentido por este povo. Certamente que me agrada rever amigos que há muito não encontrava, apesar de nos dizerem que vivemos numa “aldeia global”. Certamente porque África – e permitam-me que fale desta forma demasiado generalista e abstracta para designar a grande diversidade de espaços e culturas a sul do Sahara – me transformou como cientista, como professor e como cidadão.

Certamente por tudo isso, mas fundamentalmente porque desde o primeiro documento Carlos Nuno Castel-Branco é a figura promotora da iniciativa. Para mim tal era o selo de garantia de que estava perante o início de um caminho de sucesso, a que gostaria de ter a possibilidade de estar associado. E talvez pela vaga esperança que possamos retomar alguns projectos comuns, que percursos de vida de cada um de nós e concursos pouco esclarecidos de organismos internacionais interromperam.

Uma cooperação que será certamente marcada pelas nossas próprias personalidades, mas que assume igualmente uma dimensão fortemente institucional. A este propósito devo aqui expressar o interesse do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto – deste centro

interdisciplinar posso falar enquanto elemento da direcção – e da Faculdade de Economia do Porto em encontrarem formas de colaboração na base do interesse mútuo e da reciprocidade de acções. Um interesse de cooperação que tem a ver com a importância da investigação científica em rede, e que nada tem a ver com a ideia de cooperação e desenvolvimento económico e social, contra a qual apresentaremos ainda nesta comunicação argumentos que esperamos convincentes. O CEAUP está interessado em cooperar com o IESE porque espera aprender convosco e tem interesse em que ambos nos enriqueçamos cultural e cientificamente.

Para quase terminar estas considerações introdutórias, e peço desculpa se já vão um pouco longas, acrescentarei que um outro aspecto desta conferência me chamou a atenção desde o primeiro momento, apesar de não ser que a outra face do mesmo Carlos Nuno: “O objectivo central do IESE é promover pesquisa numa perspectiva interdisciplinar e heterodoxa”. Interdisciplinaridade e heterodoxia, dois cunhos de uma prática diferente, dois caminhos, certamente difíceis, mas que podem desembocar em paisagens conceptuais de grande esplendor. Embora reconhecendo que contemporaneamente o peso científico e institucional do labor intelectual continua a ser predominantemente disciplinar e de especialização crescente – e por isso respeitar e estimular todos quantos no seu restrito terreno científico trabalham com seriedade na procura da verdade, que pode ser muito diferente da aceitação pela comunidade científica –, é preciso afirmar cada vez mais que compreender e transformar qualquer parcela da realidade social, incluindo africana, sem uma visão interdisciplinar – independentemente do significado preciso deste termo – é um absurdo.

É preciso igualmente afirmar que algumas ortodoxias são particularmente ridículas, particularmente quando se está a analisar a África Subsariana. É o caso, por exemplo, da Economia neoclássica

Termino com um esclarecimento. O que aqui apresento não é um trabalho inédito produzido exclusivamente para esta conferência, mas o resultado de vários anos de inserção nas problemáticas epistemológicas da interdisciplinaridade e da heterodoxia e uma síntese dos meus trabalhos dos últimos três anos sobre a globalização e o desenvolvimento, com particulares preocupações de aplicação a África. Quem centra o seu trabalho na actividade universitária e vive cada minuto preocupando em lançar questões problemáticas e iluminar os enigmas sempre tratará alguns micros de novidade, mas não mais do que isso.

Avancemos pois. Começaremos por referir alguns aspectos da interdisciplinaridade e da heterodoxia, para depois, só então, entrarmos no cerne da nossa problemática.

Interdisciplinaridade

Se até meados do século passado toda a organização da actividade científica assentava na especialização crescente, na disciplinaridade – aqui e além com alguns rebentos de interdisciplinaridades que imperativos epistemológicos da própria dinâmica da construção e reconstrução dos saberes exigia –, desde então temos vindo a assistir a um crescente esforço, embora ainda minoritário, para a interdisciplinaridade. E para esclarecer dúvidas em relação à polissemia deste vocábulo e a diversidade de designação para a mesma realidade, entenda-se por interdisciplinaridade qualquer contaminação (conceptual, problemática ou conceptual) mais ou menos intensa entre áreas do saber epistemológica ou organizativamente diferentes.

Hoje é sabido que a decomposição do todo em partes e o estudo detalhado de cada uma das partes, como propunha Descartes nas regras adequadas ao filósofo e ao cientista, não é uma forma de encontrar o mais simples nem o procedimento primeiro para posteriormente compreender melhor o todo. Não se encontra o simples porque cada individualização desperta novas totalidades (na passagem da sociedade para o indivíduo encontramos uma “realidade” mais fácil de ser estudada?). Não é a forma mais adequada porque o todo é mais que a soma das partes porque também é a relação, na semelhança e na diferença, entre as partes e toda a não linearidade e a irreversibilidade do processo. E se o erro cartesiano se justifica pelo tipo de práticas científicas então vigentes e pelas limites cognitivos do homem caldeado numa civilização de raiz greco-latina e judaico-cristã, com predomínio de certos sentidos e de certas filtragens de informação, muito menos se justifica em África onde, a acreditar pelo movimento da negritude e alguns estudos sobre a cultura banto, o tacto tem particular importância e impõe a continuidade das “partes” em lugar da sua separação. Muito menos se justifica em Moçambique onde existe uma das comunidades científicas mais importantes que há longos anos mostram ao mundo que mesmo os redutos mais “puros” do engenho humano estão inexoravelmente integrados nos usos e costumes, que é fundamental identificar, salvaguardar, despertar e potenciar os conhecimentos endógenos. Estamos a falar da Etnomatemática.

Hoje é sabido que existem algumas problemáticas, a que é necessário dar resposta por razões meramente científicas ou por exigência de política e de intervenção no terreno, que exigem o

contributo de diversas áreas científicas, a constituição de grupos de trabalho envolvendo diferentes especialistas. Sabemos ainda que algumas dessas problemáticas são de uma importância crucial para o futuro da humanidade. Recordemos, de passagem, o que se pode designar por ecologia ou neurociências.

Hoje é reconhecido que uma cidadania consciente e interventiva numa sociedade em transformação com elevados níveis de aceleração – fazendo com que o mundo que temos na cabeça não seja o mesmo que temos debaixo dos pés (parafraseando uma conferência em Genebra na passagem do milénio) –, exige um ensino que em vez de exigir a memorização das partes conduza ao domínio da totalidade, levando frequentemente as escolas e os professores a exigirem aos alunos uma capacidade de inter-relacionamento conceptual que os eles próprios não são capazes de fazer.

Se estas constatações são aplicáveis a todas as áreas científicas, também o são nas ciências da realidade humana em que todos nós, creio, trabalhamos. História, Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Arqueologia, Política, Demografia, Linguística, Semiologia, Direito, com as suas fortíssimas especializações internas, são algumas das ciências “puras” que seleccionam apenas uma parte da totalidade “homem em sociedade”, utilizando para tal um certo “ângulo de focagem” e uma metodologia específica. Gestão, Ciências da Educação, Ciências Cognitivas, Ciências da Informação e da Comunicação, Ciências das Relações Internacionais e muitas outras que encontramos em qualquer cardápio de instituição universitária são outras tantas ciências da realidade humana que ainda procuram unificar o seu objecto de estudo, como o nome de algumas delas deixam a entender. Biologia, Fisiologia, Neurociências, Etologia, e muitas outras ciências, ajudam a compreender o “homem em sociedade”, apesar de constituírem outro tipo de ciências, ao mesmo tempo que a Matemática está quase sempre presente, implícita ou expressamente: Sócio-Economia, Psicossociologia, Antropologia Económica, Sociolinguística são alguns exemplos, dentro de uma lista vastíssima, de manifestações de interdisciplinaridade na tentativa de compreender melhor, com todo o rigor científico, quem somos.

Apesar dessas “evidências”, apesar de um crescente reconhecimento institucional da monta da interdisciplinaridade, ela continua a ser uma contratendência. Ainda não é a tendência.

Esta posição subalterna resulta de duas ordens de razões: a ciência também é poder; a interdisciplinaridade é difícil.

Nestas considerações pomos de lado os falsos entendimentos do que é interdisciplinaridade (de que os mais vulgares são admitir que um grupo de especialistas de várias ciências em conjunto geram por osmose interdisciplinaridade, ou que uma sucessão de discursos fundados em várias disciplinas dão, por contaminação, interdisciplinaridade).

Quanto à primeira razão dispensamo-nos de fazer referências significativas. Todos sabemos que a ciência concede poder político e social, todos sabemos que o cientista goza de uma certa área de influência, de um certo estatuto social, de um certo reconhecimento, de uma espacialidade e temporalidade próprias. Todos sabemos que os cientistas gostam de encobrir o seu poder em “colégios invisíveis”. E todos estes aspectos ainda são, muito dominantemente, o resultado da divisão de tarefas, da especialização, da criação de sábios ignorantes e de ignorantes sábios. E a todos estes aspectos corresponde uma institucionalização que é rígida, que dificulta o encontro, que encobre a soberba de cada um. Quase sempre as Universidades são o paradigma do que aqui dizemos. Um espaço em que a proximidade entre cientistas de muitas formações é enorme – distam poucos metros uns dos outros – também é um dos espaços com maior densidade de “muros” construídos com os tijolos da burocracia, do medo, dos micro-poderes e da vaidade.

A segunda razão aconselha uma enunciação um pouco mais atenta, apesar de não termos uma listagem suficientemente exaustiva. A Epistemologia da Interdisciplinaridade tem sido mais profícua a extrair grande leis do que a compreender as práticas interdisciplinares nas suas virtudes e nos seus defeitos, apesar de ser aí que se forjam os sucessos e insucessos.

A primeira grande dificuldade resulta de cada um de nós percepcionar a realidade através dos modelos interpretativos que conhecemos. Partimos dos modelos para a realidade e não da realidade para os modelos. É a consequência de muitos anos de aprendizagem especializada num ensino onde a observação, a experimentação, a simulação e o erro são substituídos pela cátedra do saber construído, “chave na mão”. É certo que a percepção é espontaneamente construída, não é uma “tábua rasa”, é certo – pelo menos assim o admito apesar das controvérsias sobre o assunto – que uma permanente reconstrução das “próprias coisas”, da “realidade em si” seria castrador do progresso científico, mas o ensino poderia minorar estas limitações.

Associado a este facto está a correspondência a cada disciplina de um léxico próprio. Frequentemente um léxico que é hermético para os que não trabalham nessa ciência quer porque

possui palavras desconhecidas, quer porque contem palavras comuns ao conhecimento corrente ou a outras ciências, mas com um significado totalmente diferente, quer ainda porque pode recorrer a formas próprias de linguagem (matemática ou lógica, por exemplo). Conhecemos muitas experiências de trabalho interdisciplinar que começaram por elaborar glossários que elucidassem todas essas situações. Mas também conhecemos algumas em que o trabalho ficou por aí, tal era a dificuldade da sua elaboração ou a dificuldade de cada interveniente ter um entendimento da mensagem recebida próxima do entendimento da mensagem emitida.

Alguns estudos procuraram quantificar o desfasamento de conhecimentos entre os membros de uma equipe interdisciplinar com práticas consolidadas, com hábitos comuns adquiridos, com preocupações similares. E verificaram que o que um membro da equipe de uma certa especialidade conhece das disciplinas dos outros tem um desfasamento temporal de pelo menos cinco anos, podendo chegar aos dez. Cada especialista só conhece a outras disciplinas pouco mais do que ao nível da divulgação científica. E não é difícil de perceber isso a partir da nossa própria experiência disciplinar. Agora falo como economista. Saber aprofundadamente todas as áreas da Economia é materialmente impossível tal é a produção científica e a sua divulgação em todo o mundo. Quando muito posso tentar ser uma “tendência de conhecimento pleno” num grupo limitado de sub-ramos da Economia, e mesmo assim condicionado por localização geográfica, hábitos adquiridos e conhecimentos linguísticos. Se nem consigo ser economista “de corpo inteiro” como conseguir ser também sociólogo, antropólogo e muito mais?

E como se estas dificuldades não bastassem, há duas outras de monta a acrescentar, uma de natureza funcional e institucional e outra epistemológica.

A primeira resulta do facto da investigação interdisciplinar ser um processo com o resultado final em aberto ou, pelo menos, com muito maior incerteza de resultados que o trabalho disciplinar. Esta tendência não invalida exemplos divergentes, mas o que resulta de um processo interdisciplinar tem quase sempre muito maior incerteza. A gestão de um processo de resultado final aberto tem especificidades.

A segunda tem a ver com a indissociabilidade da interdisciplinaridade de dois outros aspectos: a interculturalidade – e este aspecto é particularmente importante quando estamos a estudar África – e a interparadigmaticidade. Este último aspecto é particularmente importante nas ciências da realidade humana porque há diversas leituras diferentes da mesma realidade. Por isso mesmo o IESE define a seu primeiro nível de paradigmaticidade: a heterodoxia.

Significam que todas estas dificuldades constituem um obstáculo intransponível ou que exige trabalhos ciclóticos? Nada disso. Nada substitui a alegria da descoberta e as dificuldades podem ser vencidas sem grande esforço, desde que haja um entendimento claro do que é a interdisciplinaridade e as diversas formas que pode assumir, desde que se juntem especialistas de diversas áreas científicas com a modéstia intelectual de saber o que não sabem e de mostrarem perante os outros o muito que sabem e o muito mais que não sabem, desde que não se caia em rotinas e se assuma o empreendimento como um projecto. Desde que, como afirma uma especialista nessas áreas, o director do projecto tenha um estatuto de aceitação e uma carreira profissional já realizada, nada tendo a perder com a desconfiança alheia ou com as dificuldades encontradas.

O que costumo dizer frequentemente ao tratar destes assuntos é que não apliquem o nome de interdisciplinaridade em vão. Estou certo que tal não acontecerá nesta situação. Por isso os meus parabéns.

Heterodoxia

Heterodoxia opõe-se à ortodoxia. Em termos económicos – teria dificuldades imensas em falar desta questão em outras ciências da realidade humana e muito maiores ainda em termos interdisciplinares – a ortodoxia é o pensamento económico dominante. Sabemos, em termos políticos, que a sua expressão máxima é o Fundo Monetário Internacional. Talvez já não saibamos tão bem como a classificar, se isso é possível, entre as correntes do pensamento económico. Os neoclássicos, na linha dos utilitaristas ou marginalistas que se reivindicavam continuadores de Smith e Ricardo, ou na continuidade da “síntese” dos referidos marginalistas com o keynesianismo, eufemismo para designar a subordinação deste às correntes que combateu? Os liberais, que defendem a reduzida intervenção do Estado na economia, ou os neoliberais que defendem o aniquilamento do próprio Estado, inimigo público?

Provavelmente a classificação de um modelo, de uma teoria ou de um paradigma passa pela resposta a um crivo de questões de natureza económica, epistemológica e sociológica e para caracterizarmos a ortodoxia temos que perceber as suas respostas às referidas questões: (1) o seu conceito de verdade nada tem a ver com a adequação à realidade, sendo garantida pela coerência interna e aceitabilidade pela comunidade científica; (2) a relação de causalidade confunde-se com a relação de simultaneidade e a correlação, numa posição típica do positivismo; (3) a sua

lógica é clássica, logo bivalente e rejeitando a contradição; (4) a sua interdisciplinaridade privilegiada é com a Psicologia individual, ou não fosse o indivíduo a sua referência fundamental para o estudo do Homem, ainda que mitológica; (5) a relação entre os homens é substituída pela relação entre o homem e o objecto; (6) consideram que a Economia é a ciência da tomada de decisões quando há fins alternativos e meios escassos para atingir esses objectivos, podendo estes nada terem a ver com a produção, repartição e troca; (7) o seu conceito-chave de base é o da utilidade marginal, ofelividade da última unidade; (8) a microeconomia é o reduto sagrado da construção científica, pelo menos da construção científica económica; (9) o posicionamento em relação ao Estado é a do liberalismo ou neoliberalismo. Permitam-me que insista sobre o conceito de verdade da ortodoxia, porque ela tem uma importante relevância política. O conceito de verdade está fora do confronto entre os modelos e a realidade. Está depositado no altar da comunidade científica, onde se sabe à partida que há uma maioria de validação. Então se houver desajustamento entre a realidade e o modelo, tanto posso adaptar o modelo à realidade como adaptar a realidade ao modelo. Como o modelo “é verdadeiro”, “está certo”, a realidade é que tem de ser adaptada ao modelo. Certamente de forma coerciva. Não é esta a característica mais vincada da actual política económica? Não foi essa a orientação primeira dos malogrados e dramáticos planos de ajustamento estrutural?

Antes de passarmos, por contraposição, à caracterização da heterodoxia, centremo-nos num ponto, que é a transposição para estes assuntos da linguagem aceite pelo conhecimento corrente. Como se diz no dicionário ortodoxia é “a conformidade de uma opinião com a doutrina declarada verdadeira” (Costa, 1995). Ortodoxia não é só ciência, É doutrina. É a Verdade. Por isso a heterodoxia é heresia. Por outras palavras, a ortodoxia não aceita as outras posições como verdadeiras, como tendo um conceito diferente de verdade. A ortodoxia não aceita a pluralidade de interpretações da realidade, rejeita o pluralismo teórico. A ortodoxia é dogmática e ditatorial, valendo-se de todos os meios ao seu alcance – e são muitos na medida em que detêm o poder, indo dos organismos internacionais, ao funcionamento de muitas das instituições universitárias, dos “colégios invisíveis” que controlam os meios editoriais às preferências dos meios de comunicação social – não só para afirmar as suas posições mas também para aniquilar os hereges.

A heterodoxia é a aceitação da pluralidade de leitura e interpretação dos acontecimentos “económicos”, é a defesa do pluralismo teórico como vantagem epistemológica, cultural, pedagógica e de cidadania. **A heterodoxia é democrática** e respeitadora do outro, da diferença.

Contudo há uma grande diversidade de heterodoxias, também ela tem uma comunidade científica vasta que é obrigada a lutar pela sua inclusão na comunidade científica global e a heterodoxia de hoje pode ser, frequentemente será, a ortodoxia de amanhã. Por isso mesmo **a heterodoxia é uma permanente reconstrução científica, social e política.**

A ortodoxia pretende-se científica e, depois de “despedida” do doutrinário é-o efectivamente (dispensamo-nos nestas glosas marginais mergulhar no próprio conceito de ciência). As heterodoxias também são científicas. Então podemos dizer que a Economia (chamemos-lhe assim ou Ciência Económica ou Economia Política, indiferentemente) é uma ciência atravessada por uma conflitualidade interna, pela coexistência de diferentes paradigmas. Esta situação coloca algumas questões que é conveniente analisarmos, sobretudo enquanto heterodoxos. Nós não nos podemos iludir com as “primeiras evidências”, devemos reflectir sobre a nossa própria existência.

Como é possível essa diversidade de leituras da realidades, utilizando todas elas metodologias científicas, que podem ser confirmadas pelos outros, se a ciência se baseia em factos, sendo a Economia particularmente preocupada com a quantificação? Os factos “estão lá” e continuam a ser a base da construção científica, mas a selecção, relação e hierarquização dos factos depende da sua relevância teórica, da “consciência possível” dos economistas. Além disso se para muitos fazer ciência é descrever, também para muitos outros ciência exige interpretação e o mesmo conjunto de facto pode dar lugar a interpretações diferentes.

Não será que o pluralismo teórico confirma que a Economia ainda não é uma “ciência madura” e que a própria afirmação da heterodoxia reforça esse estatuto menor da Economia? Apesar de um velho complexo de inferioridade da Economia em relação à Física – expressa no desgosto de muitos em as leis económicas serem mais probabilísticas do que deterministas, na procura dos fundamentos de uma “física social” que aparece em autores tão diferentes como Marx ou Menger, na hipervalorização da utilização da Matemática como critério de veracidade – admitimos poder responder que esta pergunta tem validades totalmente diferentes quando aplicadas às ciências da realidade humana ou às ciências da realidade física, que estes dois grupos de ciências têm especificidades que as diferenciam. Há razões sociais para a própria conflitualidade interna, para a afirmação do pluralismo teórico.

A afirmação da heterodoxia é uma valorização epistemológica da Economia. Nos países periféricos a heterodoxia é particularmente valiosa. Em primeiro lugar porque a ortodoxia está

desajustada das realidades periféricas (ou não fosse aquela essencialmente construída no “centro”, à luz da realidade desse mesmo centro!) e é um imperativo os economistas desses países periféricos terem a capacidade de fornecer um modelo interpretativo mais adequado à realidade. Em segundo lugar porque a própria batalha científica à escala mundial se tratava tanto no acto de investigar como na correlação de forças na comunidade científica. Esta reflecte a correlação de forças política e social, mas tem uma autonomia relativa. A afirmação do pensamento económico das periferias à escala mundial é um esforço de luta contra a marginalização, de inclusão, de alteração da correlação de forças.

Falemos de heterodoxias, no plural. Há **dois caminhos diferentes de construção da heterodoxia**.

Um primeiro é o da crítica à ortodoxia. A detecção de falhas na sua coerência interna (hipóteses implícitas que entram em conflito com hipóteses explícitas, conceitos sem significado rigoroso e preciso que vai assumindo conteúdos diferentes ao longo da teoria, erros na articulação das variáveis do modelo, etc.) ou a constatação de desajustamentos entre a teoria e a realidade que permitam concluir pela falsabilidade daquela (esta crítica externa é frequentemente inconclusiva por ser uma crítica a leis *ceteris paribus*, a leis hipotético-dedutivas assentes num conjunto de hipóteses irrealistas) podem permitir construir modelos alternativos, teorias diferentes. É uma heterodoxia resultante de uma negação da ortodoxia, é uma orto-negação. Quanto mais esta crítica desagregadora da ortodoxia se centrar em hipóteses, conceitos e modelos fundamentais para o edifício teórico da Economia tanto mais poderosa se revela, tanto mais se diferenciara da sua origem. Quanto mais radicais forem as rupturas produzidas e quanto mais fundamentadas forem as alternativas nascidas, mais essa heterodoxia é poderosa, distinguindo-se da mera voz divergente dentro da própria ortodoxia. Por exemplo, sendo o “equilíbrio” um conceito base da Ciência Económica, a crítica radical a este conceito tem impactos muito significativos. Por exemplo, sendo a ortodoxia pretensamente positivista, a comprovação que grande parte dos modelos são normativos abala os seus alicerces.

As heterodoxias também podem ser o resultado da utilização pela Economia de problemáticas, realidades, conceitos, metodologias ignoradas pela ortodoxia. Por essa via se constrói um paradigma alternativo que resulta da afirmação de certos aspectos da realidade social ou científica. É a construção da heterodoxia pela afirmação, pela afirmação do diferente, pela hetero-afirmação. E a afirmação da diferença tanto pode resultar da contraposição da

racionalidade humana assente nas neurociências, em oposição à racionalidade olímpica, como da afirmação da complexidade, com a concentração da atenção nas diferenças de comportamento dos “agentes económicos”, na não-linearidade, na irreversibilidade do tempo.

Enfim, há uma grande variedade de caminhos para a heterodoxia e vários paradigmas heterodoxos alternativos. Uns terão algumas vantagens, outros terão outras. Assim, por exemplo, a orto-negação tem um impacto sobre a comunidade científica muito maior que as posições resultantes do caminho alternativo. É natural que assim seja porque é de mais fácil compreensão por essa comunidade científica dominante, porque representa, em certa medida, uma continuidade das suas posições, porque se baseia em algumas metodologias comuns. Porque muitas vezes parte de economistas que têm um papel político de grande visibilidade. Um caso paradigmático desta situação é Stiglitz. A hetero-afirmação frequentemente lida com metodologias, problemáticas e referências que podem ter um maior impacto futuro na construção científica. Contudo o facto de partir de lógicas paraconsistentes ou infinitovalentes, de assentar na teoria do caos ou algo similar dificulta a compreensão pela comunidade científica dominante.

Em alguns casos a heterodoxia resulta da conjugação dos dois caminhos, Marx é um exemplo: é orto-negação ao assumir-se como “ricardiano” e reconstruindo a teoria do valor com a consciência possível da classe operária; é hetero-afirmação enquanto transposição para Economia Política da lógica dialéctica (hoje chamaríamos provavelmente paraconsistente) de Hegel com “os pés no chão”.

Enfim, é importante para todos nós, trabalhadores da Ciência Económica em qualquer parte do mundo, que o IESE assuma explicitamente uma posição heterodoxa. Obrigado. Estaremos atentos. Estarei disponível, continuando na heterodoxia de sempre.

Globalização e Desenvolvimento em África

Pedindo desculpa pelas lucubrações quiçá deslocadas dos propósitos esperados de uma comunicação, mas consciente de que frequentemente é nas questões conceptuais e metodológicas que se radicam falhas que perturbam o arrojado percurso que se espera, estou finalmente preparado para abordar a problemática central desta comunicação, expressa no título desta secção.

Também aqui tenho que depositar algumas questões prévias, para evitar equívocos.

Prolegómenos

Se pretendermos sintetizar a comunicação podemos dizê-lo de uma forma muito abreviada: o que se deve entender por desenvolvimento é algo bastante diferente do que está instituído, nada tem a ver com o actual conceito de cooperação, ainda por cima ambíguo; contudo a mudança de rumo tem que ser num quadro económico e político internacional diferente, incompatível com a globalização.

Sabemos que a situação actual, não lhe negando algumas virtualidades – na apreciação da sociedade temos que abandonar a dicotomia do verdadeiro/falso, vantajoso/desvantajoso, bom/mau –, não garante um futuro em que todos tenham acesso ao essencial dos bens e serviços que o actual desenvolvimento científico e cultural pode proporcionar. Não temos uma estratégia para a construção de uma relação entre os homens alternativa, das relações de vizinhança às relações internacionais, nem temos uma data para “vender na feira da ladra” as explorações e as desigualdades e substituí-las por uma sociedade diferente, emergindo quão iceberg da utopia. Quando muito possuímos a capacidade de dizer não, sabemos porque dizemos não, conhecimento objectivo, conhecemos algumas tácticas e atalhos, mas ainda não temos o mapa do percurso. Não podemos confiar que descobrimos o caminho caminhando. Ele é labiríntico.

O muito que há a modificar não exige um pragmatismo ausente de tais preocupações? Não se espera do economista, mesmo sendo heterodoxo, que tenha engenho e arte para encontrar soluções? Não vale a acção mais que mil palavras?

Poderíamos simplesmente responder que de acções bem intencionadas, sem a bússola do estudo científico do que não queremos e o sonho do que pretendemos, está o inferno cheio.

Poderíamos apenas dizer que para o economista heterodoxo não basta começar a história com “era uma vez” ou “vamos supor que...”, como muitas anedotas que aqui em Moçambique ouvi, muito adequadamente, sobre os economistas. Não basta porque o critério da verdade é a adequação à realidade e a Economia não é apenas a ciência dos meios escassos, mas também a ciência dos objectivos que se atingem. Objectivos inseparáveis da política e da ética.

Poderíamos laconicamente recordar a pujança de muitas filosofias do não desde a Grécia clássica até períodos muito recentes.

Preferimos começar por recordar uma posição de Figueiredo & Costa (1982) depois de fazerem uma antologia anotada das concepções correntes sobre o desenvolvimento

A aquisição de cidadania teórica não significa que se assista à constituição de paradigmas alternativos, mas tão só à definição de contornos de um referencial teórico capaz de manter com a análise concreta de situações concretas a dialéctica necessária entre objecto teórico e objecto real, tarefa que o primado da vulgata interrompeu (49)

ou, reconhecendo cientificamente os sentimentos como partes integrantes da razão e o papel da “rêverie” no racionalismo, aceitar a leitura do físico que literariamente se designava por Gedeão

Eles não sabem que o sonho
é uma constante da vida
tão concreta e definida
como outra coisa qualquer,
como esta pedra cinzenta
em que me sento e descanso,
como este ribeiro manso
em serenos sobressaltos,
como estes pinheiros altos
que em verde e oiro se agitam,
como estas aves que gritam
em bebedeiras de azul.

Eles não sabem que o sonho
é vinho, é espuma, é fermento,
bichinho álaçre e sedento,
de focinho pontiagudo,
que fossa através de tudo
num perpétuo movimento.

Eles não sabem que o sonho
é tela, é cor, é pincel,
base, fuste, capitel,
arco em ogiva, vitral,
pináculo de catedral,
contraponto, sinfonia,
máscara grega, magia,
que é retorta de alquimista,
mapa do mundo distante,
rosa-dos-ventos, Infante,
caravela quinhentista,
que é cabo da Boa Esperança,
ouro, canela, marfim,
florete de espadachim,
bastidor, passo de dança,
Colombina e Arlequim,

passarola voadora,
pára-raios, locomotiva,
barco de proa festiva,
alto-forno, geradora,
cisão do átomo, radar,
ultra-som, televisão,
desembarque em foguetão
na superfície lunar.

Eles não sabem, nem sonham,
que o sonho comanda a vida,
que sempre que um homem sonha
o mundo pula e avança
como bola colorida
entre as mãos de uma criança. (1983:20/1)

O pragmatismo gera alçapões integradores no sistema. Num contexto imutável da estrutura, o “não” transforma-se frequentemente em “o mal o menos” – o que tomado à letra não deixa de ser interessante – ou em “talvez”. É necessário intervir quando necessário, corporizar a estratégia em cada momento, mas tendo em atenção que na Economia e na Política Económica o pragmatismo é frequentemente uma das facetas da ortodoxia.

Atendendo a todos estes aspectos e porque esta comunicação pretende ser predominantemente científica, fico-me pelo “não”.

Os assuntos abordados de seguida resultam de um trabalho de investigação realizado ao longo de vários anos e que vem até ao dia de hoje. Todos os dias reformulamos algumas posições, acrescentamos “constatações empíricas”, conhecemos posturas de novos autores, descobrimos novas problemáticas, imaginamos possibilidades, encontramos constatações que não estávamos à espera. Nas aulas vamos ensinando e aprendendo, somos pressionados a descobrir o que nunca supusemos poder acontecer. Em alguns momentos sistematizamos e consolidamos ideias redigindo um documento, certamente meio inacabado. Por isso o que apresentamos de seguida tem muito de retomar o que já está feito. Tem alguma coisa de ajustamento a uma terminologia ou de uma precisão que passamos a exigir depois da releitura dos nossos trabalhos e das críticas e sugestões que alguns têm a amabilidade de nos fazer. Tem alguns acrescentos que os trabalhos mais recentes recomendam.

Adoptei nesta comunicação o princípio de reduzir ao máximo as citações, de não explicitar em nota de fim de página a obra onde fui buscar uma ideia ou um fio condutor, mas, em

contrapartida, na bibliografia está a referência essa obra. Assim, por exemplo, a leitura desta poderá provocar estranheza ao encontrar autores que não são das ciências da realidade humana, e muito menos economistas. Porque está lá Bachelard ou Damásio? Estão lá porque referi a filosofia do não e a interligação entre o sonho e a racionalidade (Bachelard) e porque numa breve passagem aludo às emoções como integrantes da razão.

A comunidade académica é implacável com o plágio, e tem toda a razão em o ser. “O seu ao seu dono” e como a propriedade intelectual é privada há que proceder em conformidade. Muita água passou sobre as pontes desde a época em que o plágio não era crime e ser plagiado era uma honra. Mas se a cuidada referência à ideia assimilada (e não apenas apropriada) é uma imposição da propriedade, certamente que eu não terei engenho e arte para larapiar a mim próprio. Se a cuidada referência resulta das regras de convivência, do respeito pelos outros, do civismo – o que será uma melhor justificação para as regras de referência – também eu não espero particulares cortesias de mim próprio. Em síntese, quando transcrevo partes de trabalhos meus não farei nenhuma alusão especial, deixando aqui a nota que os trabalhos de referência são, no que se segue os de 2004a e 2007.

Posição ortodoxa

“La mondialization” ou “the globalization” é um processo inevitável. Tendo como pilares a iniciativa privada e a liberdade de transacções à escala mundial, a economia beneficia do funcionamento pleno dos mercados. A racionalidade dos agentes económicos e a tendência para o equilíbrio garantem a resolução do bem-estar geral.

Porque pode haver lacunas na racionalidade, porque há desequilíbrios estruturais que carecem de resolução prévia para que os mercados funcionem, porque podem haver tendência nefastas para obstaculizar esse funcionamento automático, porque podem existir acidentes de percurso, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio vigiam, controlam, intervêm.

Continuam a existir graves problemas a resolver, que vão da pobreza e das doenças às degradações ambientais, mas a mobilização da comunidade internacional e a cooperação internacional estão em condições de superar essas dificuldades. As comparações internacionais mostram que muitos países têm melhorado as suas condições de vida.

É certo que em África as dificuldades em vencer a pobreza, a SIDA e outras doenças, de garantir níveis de rendimento *per capita* têm tido alguma resistência adicional. É o resultado da sua fraca racionalidade económica, de desajustamentos estruturais – que levaram as instituições de Bretton Woods a aconselharem programas de ajustamento estrutural e de luta contra a pobreza, que já estão a produzir os seus frutos benéficos –, dos conflitos militares, de formas de distribuição da renda que distorcem os mercados, criam clientelismos, promovem corrupção.

Assente numa economia sã, automática e a funcionar rumo ao equilíbrio, a democracia é o horizonte esperado para todos os povos. Porque em algumas situações podem haver obstáculos, como referimos a propósito de África, mais uma vez as instituições de Bretton Woods têm uma função pedagógica e vigilante em relação à boa governação.

Podemos ser optimistas em relação ao futuro, mesmo em África. Temos os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, temos o NEPAD e a colaboração de muitos governos. Algumas dinâmicas de crescimento neste século XXI permite-nos também ser optimistas.

Uma leitura mais realista

Desmontemos, globalmente esta situação.

A) Em relação a África não podemos ser optimistas.

Para quem todos os dias se confronta com a condições de vida das populações ou para quem tem como profissão lidar com dados estatísticos sobre a realidade económica e social, como é certamente a grande maioria dos presentes, não serão precisas grandes explanações estatísticas.

Contudo, há algumas evidências que convém recordar.

Utilizemos Índice de Desenvolvimento Humano de 2004 (publicado pelo PNUD no seu relatório de 2006):

- O primeiro país africano numa hierarquização decrescente do índice são as Ilhas Seycheles, ocupando o 47º lugar, com valores do índice já bastante afastados dos atingidos pelos três países cimeiros.
- Atendendo que Seycheles e Maurícias são países de muito pequena dimensão (454 Km² e 2040 Km², respectivamente), com uma situação muito particular – apesar de serem

frequentemente referidos como exemplos “representativos” pelo FMI – podemos considerar que o primeiro grande país africanos ocupa a 64ª posição, tratando-se da Líbia.

- Frequentemente quando se fala em África pretende-se designar a Africa Subsariana, seja porque os países africanos do mediterrâneo têm características totalmente diferentes dos restantes países do continente, seja porque o deserto do Sahara, o maior deserto do mundo, em acelerado ritmo de expansão, constitui uma importante barreira natural de separação dos dois espaços. Se assumirmos esta interpretação, que aliás preside às preocupações deste trabalho, então o país melhor situado é Cabo Verde, ocupando a 106ª posição.
- Sem dúvida que Cabo Verde é África, uma pequena sociedade insular. Contudo é um país que oscila na sua identidade. É africana porque geograficamente é África, porque a sua população é descendente de etnias africanas, porque desempenhou um importante papel na libertação das colónias portuguesas em associação com a Guiné-Bissau, porque está integrado em movimentos e instituições políticas e económicas africanas ou que os consideram como africanos. É europeia porque tem uma importante diáspora na Europa e nos Estados Unidos da América, porque grande parte da sua população é descendente de etnias europeias, porque tem acordos privilegiados com a União Europeia, entre outros aspectos. Assim, na linha das exclusões anteriores, a Guiné Equatorial aparece como o primeiro país “genuinamente africano”, ocupando a 120ª posição.
- A partir dessa posição quase todos os países são africanos, incluindo os últimos da tabela. Níger ocupa a última posição com um índice de 0,311, isto é, 32% do índice do país melhor posicionado.
- Numa leitura sintética poderíamos acrescentar que o IDH dos países em desenvolvimento da África Subsariana (para utilizar a terminologia oficial) é de 0,472.

A situação de África ainda seria pior se considerássemos o Rendimento per capita, indicador do crescimento que se encontra subvalorizado no IDH:

- Os três países com Rendimentos *per capita* mais elevados, segundo o PNUD, são o Luxemburgo, os EUA e a Irlanda, com 69.961, 39.676 e 38.827 dólares ano (PPC).
- Os países em desenvolvimento da África Subsariana têm o rendimento per capita médio de 1.946 dólares.

- O país africano, e simultaneamente mundial, pior posicionado, neste indicador é a Serra Leoa, com um valor de 561 dólares.

Numa análise de longo prazo, de 1960 até aos nossos dias também não podemos estar nada satisfeitos com os dias de hoje.

- entre 1960-2004 há um período inicial de melhoria de condições de vida seguindo-se a inversão do processo: o rendimento per capita em 2004 é inferior ao que existia em 1982 e a esperança de vida à nascença nesse mesmo ano recuou 3,5 anos em relação ao máximo, atingido em 1987.

Dum ponto de vista económico podemos considerar vários subperíodos, sendo os programas de ajustamento estrutural uma das experiências mais dramáticas.

O crescimento das economias da ASS [África Subsariana], entre 1960 e 2002, foi de 3,2% e pode ser dividido, grosseiramente, em quatro fases:

- Uma fase de crescimento mais rápido, entre 1960 e 1974, em que o PIB cresceu a uma taxa média anual de 5,3%. Podemos, ainda, destacar dois subperíodos: o período entre 1960 e 1970, com o impulso das independências e o lançamento de programas de investimento em infra-estruturas, em que a taxa média de crescimento anual (tmca) foi de 5,2%; e o período entre 1970 e 1974, do *boom* das matérias-primas, cujo crescimento de receitas permitiu o lançamento de novos programas de investimento (tmca de 5,4%).
- Uma segunda fase, entre 1974 e 1981, com um crescimento muito mais moderado (tmca de 2,7%), que evidencia já uma situação de declínio económico. Tinha desaparecido o impulso inicial da década de 1960 e as quebras acentuadas nos preços de matérias-primas, da segunda metade década de 1970, tinham bloqueado os programas de investimento. Foi nesta fase, entre 1977 e 1982, que a ASS deu um grande salto em termos de endividamento, quando procurava substituir a quebra nas receitas de exportação das matérias-primas.
- A terceira fase, entre 1981 e 1993, é a fase da crise (a chamada “década perdida” do desenvolvimento), com uma taxa média de crescimento de 1,0%. É também o período do ajustamento estrutural, dado o peso que a agenda de *reforma económica* do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional acabou por ter no continente. A África regressou em força aos fluxos de ajuda pública ao desenvolvimento (APD), como principal fonte de financiamento internacional do desenvolvimento.
- Uma quarta fase desenvolve-se desde 1993, uma fase de tímida recuperação e com uma taxa média de crescimento anual de 3,2%. Um dos responsáveis por esta recuperação é o investimento directo estrangeiro (IDE), cujo crescimento está muito aquém do que acontece noutras regiões em desenvolvimento, mas que, comparando com o passado, é significativo para África. O IDE cresceu rapidamente, atingindo o nível da APD por volta de 2001, mas com uma

quebra em 2002. Importante para esta recuperação tem sido a criação de um novo ambiente económico, na sequência dos programas de ajustamento estrutural e de algumas transformações mais amigas do mercado. (Estêvão, 2005).

A evolução dos preços das matérias primas internacionais nos últimos anos, o fim de alguns conflitos militares e quiçá uma nova forma de investimento e intervenção internacional em África resultante da crescente influência chinesa fazem com que os dados de conjuntura recente sejam animadores, mas nem assistimos a transformações estruturais, nem são séries suficientemente longas para se tirarem conclusões.

Claro que falar de África Subsariana é falar de uma enormíssima variedade de situações e a estes dados médios seria necessário dados de diversidade, mas para o que nos interessa podemos ficar pelas globais.

Entretanto

- Os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento pouca ou nenhuma operacionalidade apresentam em África e é cada vez mais notório, como o PNUD e outros organismos já afirmam, que os objectivos preconizados para 2015 não serão alcançados, ficando-se muito aquém. Aliás basta observar a larga história de iniciativas deste tipo sempre condenadas ao fracasso, a pouca importância dada no enunciado aos grandes problemas dos países subdesenvolvidos (fome, pobreza, analfabetismo, etc.) e a maior importância dada às questões ecológicas e, sobretudo, à cooperação internacional, para rapidamente se compreender que os seus reais objectivos não são o desenvolvimento, mesmo numa leitura simplista deste, mas o desenvolvimento da “indústria do desenvolvimento”. O que mais espanta é a aceitação generalizada dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, as votações por unanimidade na ONU e a “manutenção da esperança” quando o falhanço inevitável espalha estilhaços por todo o lado.
- Receio bem que não possa ser dito algo de diferente em relação ao NEPAD apesar das belas declarações sobre o crescimento e o desenvolvimento. Basta ler os seus princípios para imediatamente estarmos mergulhados na terminologia, na ideologia, na lógica da globalização: “boa governação”, “encorajar a propriedade”, “integração regional”, “competitivos”, “novo partenariado internacional”, “Objectivos de Desenvolvimento do Milénio”, etc.

Entretanto o que a OCDE designa por economia não registada é muito elevada em África (segundo as estimativas de Schneider oscila entre 29,5% do PIB na África do Sul e 63,2% no Zimbabwe), configurando três situações diversas: a existência de muitas actividades “tradicionalmente informais” que estão ligadas ao sustento das famílias, um crescente peso das actividades informais nestes países comandadas por grupos capitalistas internacionais e, finalmente, um aumento da economia ilegal comandada por redes internacionais com a sua “sede” nos países desenvolvidos, sendo os africanos mais vítimas que beneficiários dessa situação. Os poucos e imprecisos indicadores parecem apontar para um agravamento da situação, como em todo o mundo, por razões que analisaremos a propósito da globalização.

B) A globalização não é o que parece ser

Afirmando o mesmo, de uma forma mais pormenorizada, a globalização que nos é apresentada é a sua história contada pelos vencedores. Ela não é o que parece e o mercado é simultaneamente uma realidade social e um mito. Caracterizada pela financeirização das actividades económicas conduz inevitavelmente ao aumento da economia subterrânea. Logo, ela não é o que parece ser.

Decomponhamos esta análise em diversos aspectos. Precisemos o significado dos conceitos que tão generalizadamente são utilizados.

A diversidade de sentidos que é atribuído a globalização exige, desde já, que precisemos o significado dos conceitos.

Em português temos a vantagem de utilizarmos ora o termo mundialização, ora o termo globalização. Podemos fazê-lo desde que esclareçamos que significado atribuímos a cada uma destas palavras, semelhantes ou diferentes.

Entendemos por **mundialização** um processo de aproximação entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contacto pessoal á comunicação escrita; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações, para apenas referirmos alguns exemplos. Assim sendo, podemos dizer, como é frequentemente afirmado, que a mundialização é um processo que se iniciou nos primórdios da humanidade, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma desigual nas diversas regiões do mundo. Se medirmos a

mundialização pela frequência e velocidade da relação entre quaisquer dois cidadãos (ou instituições) situados em espaços geográficos (e sociais) diferentes, facilmente chegaremos à referida constatação.

Contudo, será disso que falamos quando discutimos sobre a mundialização, quando procuramos medir os prós e os contras, quando reflectimos sobre as nossas condições de vida, sobre as políticas económicas e sociais de que somos beneficiários ou lesados? Certamente que não. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada “aldeia global”, é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico. **É uma certa fase da mundialização** que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. É a essa fase que designamos por **globalização**.

Só depois de caracterizarmos esta fase é que podemos periodizá-la. A datação do início não é uma hipótese de partida, mas uma constatação no fim do processo de investigação. Os estudos mostram que o seu início se verifica nos anos 80 do século passado. Parece-nos que essa referência é consistente com dois aspectos particularmente relevantes dessa década: o advento da microinformática, a integração das diversas formas de informação e as redes de telecomunicações, por um lado, e o fim do socialismo na Europa e na URSS e a tendência de hegemonização do capitalismo à escala mundial. Dois fenómenos de natureza diferente, mas que podem estar intimamente associados.

Pensamos que esta diferença entre mundialização e globalização (chamemos-lhes desta forma ou utilizemos outras designações (“mundialização” / “fase recente da mundialização”; “globalização milenar” / “globalização imperialista recente”, etc.) é vantajosa. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas relações de produção. **Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que a mundialização é inevitável e a globalização não é inevitável. Não o é na sua existência e nas formas que assume.**

E esta não condenação à globalização liberta energia social, vontade política, lucidez intelectual. É nestes termos que falaremos em globalização.

É importante recordar que a **globalização é capitalismo** – e frequentemente um capitalismo com uma forma de actuação brutal, ou não estivesse o capital novamente senhor do mundo, sem a

necessidade de compromissos que a existência do socialismo lhe impunha. A **globalização é uma fase do imperialismo**, empolando algumas das suas características e continuando outras como sempre. É também importante reconhecer que a globalização processa-se no quadro de algumas especificidades: a interligação entre os mercados aumentou, modificou-se o próprio significado do conceito de mercado, os sectores estratégicos da acumulação capitalista são diferentes, os «monopólios» têm constituição, formas de organização e funcionamento adaptadas às tecnologias e mercados actuais, as bases nacionais ampliam-se em comunidades económicas, as «exportações» de capitais têm uma dimensão geográfica menos precisa, outros aspectos do funcionamento da economia, como a informação e o conhecimento, assumem outra importância. Depois de uma fase em que a sua força política e económica foi fortemente condicionada pela existência do socialismo e pela luta de libertação nacional dos povos sujeitos ao colonialismo e ao neocolonialismo, hoje assume uma posição quase hegemónica. O imperialismo na fase da globalização tem uma posição ofensiva e a sua ideologia, o liberalismo, ou o neoliberalismo, é um instrumento activo de modificação e reprodução do sistema.

Não nos deixemos embalar pela palavra mercado, porque ela serve para designar muitas coisas e mesmo enquanto realidade social é sempre uma instituição – logo parte integrante do todo social e transportando os usos e costumes – e, enquanto tal, será em algumas situações “democrática” em muitas outras “despótica”, condenando inexoravelmente muitos à fome e ao degredo.

Consideramos importante distinguir quatro significados diferentes: mercado enquanto realidade social; mercado enquanto modelo interpretativo, mercado enquanto símbolo, mercado enquanto argumento.

O mercado é uma realidade social. É-o como espaço perfeitamente localizado onde um conjunto de (potenciais) vendedores e (potenciais) compradores estabelecem um conjunto de relações entre si e por seu intermédio se relacionam muitos outros intervenientes nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo. É-o, a um maior nível de abstracção, enquanto totalidade dessas relações num espaço geograficamente impreciso que engloba ao mesmo tempo a totalidade dos espaços concretos anteriormente referidos. O mercado tem uma estrutura que é historicamente determinada pela divisão social do trabalho e, conjunturalmente, pela forma que esta assume, pela correlação de forças económica e política, pelo enquadramento jurídico, pela informação. É um espaço de cidadãos e instituições, etiquetados de “agentes”, com usos e

costumes, inseridos num contexto mais vasto. O mercado é uma realidade complexa, muito provavelmente sensível a variações infinitesimais de alguns dos factores intervenientes e com interacções múltiplas. A sua existência é anterior ao capitalismo e muito provavelmente também sobreviverá ao fim deste, sendo essencialmente uma relação entre os homens através de instituições.

O **mercado enquanto modelo interpretativo** é sempre uma simplificação daquele. Temos de ter consciência que estamos perante uma simplificação, pelo que não podemos transpor para a realidade concreta as dinâmicas do modelo, pelo que a transposição deste para aquela exige sempre uma localização no tempo e no espaço. É positivo termos modelos, de preferência suficientemente gerais e abrangentes, mas desde que não sejam excessivamente redutores. O que é profundamente negativo, e ideológico, é apresentarmos a realidade como uma imagem do modelo (por exemplo, fazer uma política económica admitindo que há simetria de informação ou que esta é reversível, que os homens “desapareceram” por detrás da oferta, da procura e do equilíbrio), a tal ponto que as diferenças entre a realidade e o modelo resultam de “erros da realidade”, como já referimos.

O **mercado enquanto símbolo** é, frequentemente, um prolongamento desta última leitura distorcida. Distorcida ora por uma vontade expressa de alguns “servirem o dono” ora porque um ensino universitário em “torre de marfim”, o silêncio dos gabinetes e o afastamento da realidade, uma fraca reflexão crítica e muito pouca imaginação, uma “vacinação contra os valores” e uma insensibilidade ao social fazem com que desconheçam tudo para além dos modelos. O próprio modelo é construído sob o mito da racionalidade olímpica, sob o comportamento maximizador. Por tudo isto se torna num símbolo: «o mercado tem sempre razão». Por isso mesmo é que quem assim argumenta não a tem.

Finalmente o **mercado é um mero argumento**. Tantas vezes somos intoxicados pela utilização do termo mercado nos dois últimos sentidos aqui referidos que tendemos a “subjugar os nossos neurónios” ao “Deus mercado”, a admitirmos que se tantas vezes o afirmam, assim é.

Além destas considerações recordemos que alguns mercados estão **estruturalmente viciados** (Marx recorda-nos isso ao tratar do “mercado de trabalho”) e outros estão **politicamente viciados** (Stiglitz recorda-nos que “mercados livres” são impostos pelos países do centro aos países periféricos, mas que aqueles são muitas vezes os primeiros a não cumprir).

Sabendo que a “liberdade” mundializada em que assenta a concepção ortodoxa da mundialização é um mito (mais que não seja porque a liberdade económica de uns pode ser a não liberdade económica de outros) temos que procurar a caracterização da globalização (da mundialização na fase recente, se preferirem esta terminologia) noutros aspectos.

Façamos essa viagem.

A globalização é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos mercados financeiros e pela adopção de políticas económicas, nacionais e internacionais, que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos.

Vejamos a situação um pouco mais em pormenor.

A liberdade comercial é um dos grandes lemas da liberalização. Por isso mesmo seria de esperar que existisse uma mudança qualitativa na quantidade e qualidade das exportações e importações. Contudo tal não acontece. Sem dúvida que há uma tendência estrutural para o aumento da importância relativa do comércio externo dos países, mas esse é um fenómeno típico da mundialização, não especificamente da globalização. Não se registam na década de 80, nem na anterior ou seguinte, mudanças quantitativas ou qualitativas que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria. Também se mantêm as posições relativas de quem é beneficiado e de quem é prejudicado com esta liberdade comercial: nos países de alto rendimento alternam-se os anos em que as exportações são maiores que as importações com os de saldo negativo, mas há uma tendência para as exportações de bens e serviços atingirem valores mais elevados. Situação exactamente inversa acontece nos países de menor rendimento, em que se verifica um quase sistemático défice da balança comercial.

Quanto aos investimentos directos estrangeiros verifica-se, no período em análise, um aumento à escala mundial, embora também aqui se verifique uma concentração nos países mais desenvolvidos – correspondendo, obviamente, uma posição estrutural e conjunturalmente mais desfavorável nos países de mais baixo rendimento. Além disso **há importantes modificações qualitativas** nas formas como este investimento directo estrangeiro é feito: a intensificação do partenariado e das relações entre empresas a nível internacional, a generalização das fusões-aquisições, eis algumas delas. Simultaneamente **as empresas multinacionais continuam a reforçar a sua importância à escala mundial** – não chega a três dezenas os países, e apenas um

africano, que conseguem ter produtos nacionais superiores aos rendimentos distribuídos das maiores empresas mundiais, muitas delas multinacionais – **e mudam a sua estratégia política**: precisam cada vez menos de influenciar as políticas dos Estados, comportando-se acima deles, na base da liberdade económica internacional e das múltiplas alternativas que têm de localização.

Os movimentos migratórios, que são na quase totalidade movimentos de mão-de-obra, são mais sensíveis às conjunturas que a qualquer dinâmica estrutural de longo prazo. Contudo as conjunturas são quase sistematicamente desfavoráveis e dramaticamente construtoras de pobreza, em vastas regiões do mundo e essa situação é, em grande medida, obra da globalização. Também é de admitir que esta intensifique as integrações económicas, as quais conduzem sempre a um aumento das migrações no espaço integrado. Se estes aspectos das migrações apresentam algumas relações com a globalização, o aspecto provavelmente mais evidente neste período é a **intensificação dos movimentos ilegais de mão-de-obra**, o retorno em grande escala da **escravatura**.

É na importância crescente dos mercados financeiros, na estreita interligação entre esses mercados, na grande diversidade de títulos e operações, nomeadamente sobre futuros, que está o aspecto principal da globalização, desta fase da mundialização.

Negoceia-se, por dia, no mercado mundial mais de um trilião e meio de dólares por dia. Em muitos países da OCDE os activos financeiros geridos pelos investidores institucionais são mais elevados que o produto interno bruto desses países e crescem a taxas muitíssimo superiores ao produto. O valor médio das transacções diárias nos mercados mundiais é cerca de duas vezes o produto interno bruto mundial anual.

A história da globalização é a história desta alteração quantitativa e qualitativa da financeirização, em que grande parte das operações são de **capital fictício**, isto é, de compras e vendas de títulos e divisas sem qualquer tipo de ligação, directa ou indirecta, aos processos produtivos.

Ora esta importância absoluta e relativa dos mercados financeiros, o peso do capital fictício, o seu crescimento a ritmos muito superiores ao do produto dos países fazem com que os mercados financeiros funcionem como um sorvedouro de recursos monetários provenientes de todos os sectores da actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador ao próprio crescimento mundial do valor acrescentado.

As periferias interessam como fornecedores de recursos financeiros e não como mercados de bens e serviços. Os homens são “dispensáveis” na reprodução do sistema.

As actividades financeiras são actividades económicas, obviamente, mas de natureza improdutiva.

Se são uma actividade económica são úteis, mas isso não significa que sejam produtivas, isto é, que criem valor acrescentado, que criem valor novo. Há actividades económicas que produzem valor. Há actividades económicas que utilizam valor (rendimentos) para processos de troca de bens, incluindo também títulos ou divisas. Há actividades económicas que repartem valores (rendimentos) entre os cidadãos, seja em resultado da propriedade de cada um, seja em resultado das funções exercidas, seja em resultado de políticas económicas redistributivas, seja em resultado de um acto de caridade ou de outro tipo de vontade de qualquer possuidor de rendimento. Há actividades de utilização dos bens adquiridos no consumo pessoal ou produtivo (ex. utilização de equipamentos, utilização de energia, utilização de matérias-primas).

As actividades financeiras caracterizadoras da globalização não são produtivas. Isso significa que utilizam riqueza (stock) ou valor acrescentado (fluxo) criado em sectores produtivos. Mesmo atendendo à grande velocidade de circulação das transacções nos mercados financeiros, a muitas delas serem realizadas com base em “crédito”, e aos processos de compensação, a dimensão das transacções financeiras mostra os elevados valores de captação de recursos provenientes de outros sectores de actividade. As crises financeiras e a rapidez com que essas situações de “ruptura da circularidade do crédito” foram ultrapassadas mostram não só que existem importantes fontes de fornecimento de valor acrescentado como há “reservas” a que se pode recorrer quando necessário.

«Onde e como se cria valor para alimentar a rendibilidade dos mercados financeiros?». «Como se processa a transferência?» Eis as perguntas cruciais. Há processos tradicionais e processos modernos.

Entre os primeiros está, em primeiro lugar, a utilização do valor acrescentado criado nos sectores produtivos, a utilização da mais-valia, resultante do trabalho, resultante do capital variável. Está, em segundo lugar, a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas. Entre os segundos estão a mais-valia extra resultante de uma gestão empresarial à escala mundial, a posse privada dos sectores rentáveis da segurança social, e ainda todas as vantagens fiscais (compensadas por desvantagens para outros) e apoios às grandes empresas.

Dispensamo-nos de referir as formas de criação de mais-valia porque são sobejamente conhecidas, mas estejamos atentos às novas formas: (a) O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações, conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando para níveis próximos do trabalho simples ou tornando-os inadaptáveis às novas condições de trabalho. (b) Essas inovações tecnológicas criaram condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho, os «tempos mortos». (c) O aumento da produtividade por hora (cronológica) de trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força do trabalho. (d) Os elevados níveis de desemprego, nomeadamente duradouro, a grande rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho propiciam uma maior «disciplina laboral» e a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. Tendência que é reforçada pelo enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores, pela crise político-ideológica das forças de transformação progressista da sociedade. (e) A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores mais favorável ao capital, que também procura aproveitar os enquadramentos mais vantajosos quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio «salários-baixos/mão-de-obra-qualificada.» (f) A utilização de circuitos clandestinos de mobilização de mão-de-obra conduzem à formação de um «novo proletariado» desprotegido.

Quanto à transferência das economias subdesenvolvidas, para além dos procedimentos tradicionais e da importância atribuída aos sistemas monetário e financeiro, há que acrescentar alguns processos típicos da mundialização actual: (a) A ampliação geográfico-social da influência do grande capital e o reforço do papel das empresas multinacionais (ou metanacionais, se preferirem) em muitas economias subdesenvolvidas. (b) O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aumentaram a sua influência e foram acompanhados pela Organização Mundial do Comércio, herdeira do GATT. Com esta instituição reforçaram-se as tendências do «comércio livre».

Quanto a estes aspectos é interessante uma posição de STIGLITZ:

A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil — o FMI deixou de servir os interesses *económicos* mundiais para servir os interesses *financeiros* mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street. (2004: 263)

Sobre os processos modernos de apropriação de recursos para os mercados financeiros apenas, entre outros mecanismos possível de referir, a chamada de atenção para a grande importância da adopção de um sistema de reformas assente na capitalização e na gestão privada: permite uma elevada acumulação de recursos monetários provenientes da generalidade dos cidadãos, durante muitos anos imobilizados e de directa e fácil utilização nas bolsas. Apenas algum controlo estatal e legislativo são obstáculo.

É nossa hipótese de trabalho que estas fontes de obtenção de rendimento para os mercados financeiros não são suficientes para sustentar os actuais volumes de transacções financeiras, o seu crescimento e a rápida recuperação perante situações de crise. **Há uma outra fonte: a economia não registada**, na terminologia tecnocrata da OCDE, **ou economia subterrânea**, como preferimos designar. Uma parte será o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte assumir-se-á como actividade informal (cujos contornos são difíceis de estabelecer) e uma outra como actividades ilegais.

É certo que “não existem estatísticas” para medir directamente esta realidade mas existem modelos, técnicas econométricas e procedimentos que permitem estimar com bastante rigor a sua existência e os montantes que atinge. Todas essas informações confirmam uma sua intensificação a partir da década de 80 do século passado e hoje atinge aproximadamente 25% do PIB mundial. Por outras palavras, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado, encontrando-nos todos nós “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”. Não é uma excrescência do sistema, uma sua parte marginal, mas parcela integrante de todo o tecido económico, a que ninguém está totalmente alheio. 25% em média, que oscila entre 5% e 70%, para utilizar números redondos, conforme os países, variando também a importância relativa das suas diversas componentes.

Acrescente-se em relação à economia subterrânea que: (a) muitas actividades aí englobadas são produtivas; (b) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (c) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas.

Os territórios *off-shore*, frequentemente conhecidos por paraísos fiscais, locais de bastante anonimato das operações financeiras, territórios situados nos “grandes países bem comportados”, são estruturas particularmente apropriadas para todos estes processos de utilização dos recursos da economia subterrânea nos mercados financeiros. **A existência e reforço da economia subterrânea são peças fundamentais na existência e reprodução da globalização.**

Em resultado de todos os aspectos anteriormente referidos podemos afirmar que esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, **ora integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas.** As regiões periféricas são integradas nos processos específicos da globalização ou afastadas deles conforme os interesses do grande capital internacional. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. **As desigualdades sociais aumentam.**

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo. Como salienta Amin a tendência estrutural é de agravamento das desigualdades, de “maior polarização”(2000:246/7).

Não há informações estatísticas suficientes para se concluir sobre a evolução das desigualdades na repartição do rendimento entre cidadãos de um mesmo país ou, ainda menos, à escala mundial. Apesar desta precaução e da situação ser certamente diferente de região para região, de país para país, existem muitos indícios que apontam também para um agravamento das desigualdades entre cidadãos. A este propósito uma informação do PNUD que não nos pode deixar de chocar:

“Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres”.

C) Subdesenvolvimento não é atraso. Desenvolvimento não é aproximação aos ricos.

Para concretizarmos estas afirmações é necessário ter em conta três aspectos.

As problemáticas do subdesenvolvimento (utilizemos este nome ou outro) e do desenvolvimento são historicamente recentes.

Pegando nos trabalhos de reconstrução de séries económicas seculares, podemos facilmente concluir que as grandes diferenças de “desenvolvimento” entre países, e o aparecimento de uma tendência de agravamento, estão estreitamente associadas à Revolução Industrial.

O subdesenvolvimento, incluindo por força de razão em África, não é um fenómeno inevitável, “natural”, mas um produto do capitalismo, incluindo nesta designação genérica a acumulação primitiva. Um produto que não foi gerado pelas sociedades hoje subdesenvolvidas, mas imposto de fora – embora seja necessário analisar as cumplicidades de dentro, nos diversos momentos históricos – ora pelo escravagismo, ora pela colonização, ora pela imposição de certo tipo de relações de dominação económica, social ou política, ora pelo neocolonialismo. Acrescentemos a ajuda ao desenvolvimento e a imposição da globalização, como os responsáveis mais recentes.

Nunca nos esqueçamos que o próprio processo de “desenvolvimento” das periferias é parte integrante da globalização, é uma forma de reforçar o controlo e o poder do centro sobre as periferias, uma forma de manter os status quo herdado do neocolonialismo.

A política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Finda a II Grande Guerra os EUA assumem a hegemonia do mundo capitalista. A URSS sai reforçada. Os movimentos de libertação nacional, a vontade dos povos de decidirem do seu próprio destino, ganham força. Há um volumoso e longo trabalho de reconstrução a fazer. É nesse contexto que o presidente dos EUA Truman, no seu discurso em Janeiro de 1949 vai dedicar uma parte das suas propostas ao “subdesenvolvimento” e ao “desenvolvimento”. Este é o combate da “miséria”, da “fome”, de uma “vida económica primitiva e estagnante”, da “pobreza”. Acredita-se que o desenvolvimento científico, a “cooperação económica”, o “capital privado”, a “agricultura” e o “trabalho” são capazes de resolver esse subdesenvolvimento. Este aparece como algo que existe “naturalmente”, sem causa, pretendendo-se assim esquecer a responsabilidade do colonialismo.

Mas o que nos interessa particularmente nesta análise é o entendimento transmitido por Truman do que é o processo do desenvolvimento: este aparece como uma acção de um agente (desenvolvido) sobre outro (subdesenvolvido). Não se trata apenas de uma referência retórica, mas de algo que corresponde ao núcleo duro do pensamento etnocêntrico sobre os “mais atrasados”. É a continuidade, noutra época histórica, do que no Tratado de Versailles, depois da I

Grande Guerra, ficou consignado: a existência de povos que não sabem cuidar de si mesmos e que as potências imperialistas tomam a responsabilidade de gerir. É a continuação do pensamento colonialista que perdura até hoje. Mas o que é mais importante é que essa concepção de “desenvolvimento” ficou oficialmente consignada como a que deveria vigorar. A partir daí multiplicaram-se as formas de “cooperação”, os organismos internacionais e nacionais “para o desenvolvimento”, as decisões políticas, os muitos milhares de especialistas da cooperação, desenvolvimento e outras especialidades, as ONGs. A ajuda ao desenvolvimento torna-se numa verdadeira indústria com sede nos países do centro e agências e representantes nos países da periferia. Uma indústria de reprodução do neocolonialismo. E se em muitas situações há boas intenções podemos reproduzir o ditado popular: “de boas intenções está o inferno cheio”.

Finalmente, para completarmos esta posição, convém aprofundar uma leitura alternativa a esta posição consagrada institucionalmente: **o subdesenvolvimento é uma característica própria de um país ou conjunto de países, e não a ausência de algo que exista nos países desenvolvidos.**

As designações mudam e muitas vezes usam-se como sinónimos expressões que podem ter significados muito diversos. Há umas décadas falávamos em países “subdesenvolvidos” enquanto hoje adopta-se a terminologia de “em vias de desenvolvimento”. Tanto uma como outra designação tem vantagens e inconvenientes e é irrelevante a utilização que fazemos de uma ou de outra, desde que estejamos atentos ao que significam e não nos deixemos embalar pelo som das palavras. Numa e noutra situação o suporte da classificação é uma comparação com os outros, com os que, utilizando o modelo de Rostow, já passaram por essa fase: o subdesenvolvido ainda não é desenvolvido e a comprová-lo está a diferença entre um e outro visível através de informação estatística.

Esta forma de abordar o problema reflecte que

é a partir de um dos países «desenvolvidos» cuja dinâmica ocultava a especificidade dos países «subdesenvolvidos» que o subdesenvolvimento ganha o estatuto de problema autónomo. (Figueiredo & Costa, 1982:21)

Reflecte que a leitura vulgar do subdesenvolvimento e do desenvolvimento é etnocêntrica. Aliás, como salientava uma aluna do Mestrado em Estudos Africanos no Mindelo, Cabo Verde, do ponto de vista histórico as comparações estatísticas entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não têm significado. Falando de “desenvolvimento capitalista” a história da

Europa começou com a Revolução Industrial e a história de África começou com os processos de independência, quiçá com as lutas de libertação nacional.

Como salientam os autores anteriormente referidos

Uma concepção não enviesada do subdesenvolvimento deve integrar o reconhecimento das condições que tornem possível aos agentes sociais dos países «subdesenvolvidos» a avaliação da sua própria realidade. (29)

Por outras palavras **a caracterização do subdesenvolvimento deve resultar da estrutura dessas economias e não de uma sua comparação com os outros.**

A pista que aqui deixamos, enquanto economista e na senda das teses estruturalistas a propósito da América Latina, é que o subdesenvolvimento é a outra face da desarticulação, da ruptura e do conflito entre diferentes “camadas” da sociedade, podendo-se estabelecer uma correlação positiva entre a frequência e intensidade dessas desarticulações e o nível dos indicadores frequentemente utilizados como *proxys* do subdesenvolvimento-desenvolvimento. Essa segmentação desarticulada expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial.

Parecendo-nos desapropriado desenvolver aqui as questões técnicas relacionadas com as informações contidas nas matrizes interindustriais (aliás extremamente exigentes em informação estatística, exigindo informação que frequentemente escasseia nas economias subdesenvolvidas) utilizamos o exemplo que Leontief (economista a quem muito devemos na construção e utilização destas matrizes) que depois de apresentar duas hipóteses de matrizes interindustriais

Tabela 1

$\backslash \begin{smallmatrix} o \\ i \end{smallmatrix}$	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	D	T
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
S																	

Tabela 2

$\backslash \begin{smallmatrix} o \\ i \end{smallmatrix}$	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	D	T
1																	
2																	
3																	
4																	
5																	
6																	
7																	
8																	
9																	
10																	
11																	
12																	
13																	
14																	
15																	
S																	

explica:

As estruturas internas de economias-modelo são reveladas pelas tabelas de insumo-produto. Os quadrados vermelhos significam insumos de um setor numa dada linha horizontal para os setores das colunas interceptadas pela linha; os

quadrados em vermelho-claro, o insumo de cada setor para a “Demanda final”. (D); os quadrados cinza, a “Produção total” (T) de cada setor; os quadrados em [amarelo], os insumos dos fatores primários dos “Serviços domésticos” (S). A tabela [1] mostra uma economia completamente “interdependente”; a tabela [2] mostra um modelo de transações interindustriais feito sem método. (1988).

A tabela 2, pela sua desarticulação, pela quantidade de elos de ligação entre sectores de actividade que não existem, pela “baixa densidade” da matriz interindustrial aproxima-se mais do que pode ser uma matriz caracterizadora do subdesenvolvimento.

Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifesta-se pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço: país quase sempre, comunidade de países, outras vezes.

Logo, esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a “densidade” da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses – e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo – das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução do “dualismo desarticulado” (ou segmentação desarticulada).

Não se confunda, contudo, esta posição como auto-suficiência ou desinserção da economia mundial, o que seria em todas as circunstâncias, e particularmente hoje, um absurdo.

O desenvolvimento conduz a uma “aproximação aos ricos” em muitos aspectos da vida das populações, mas o desenvolvimento não é essa aproximação.

D) A cooperação pode ser prejudicial ao desenvolvimento.

Como é que a cooperação, que no dicionário de português tem como sinónimos “colaboração” e “solidariedade” pode ser prejudicial? Numa Europa herdeira de uma cultura judaico-cristã a

ideia de cooperação não traz logo o bálsamo da concórdia, condição primeira para um futuro melhor? É preciso não nos deixarmos embalar por significados do conhecimento corrente que estão inteiramente desajustados do direito consuetudinário internacional, das práticas políticas e do significado económico.

Concretizando estas precauções insistamos em dois pontos.

O que é frequentemente designado por “cooperação para o desenvolvimento” envolve uma multiplicidade de formas de financiamento e de intervenção, como ressalta dos acordos e tratados internacionais, dos manuais sobre estes assuntos: “fluxos públicos”, que vão da cooperação técnica ao apoio para o orçamento, da ajuda alimentar aos empréstimos; “donativos da ONG”, eventualmente o que mais se aproxima da referida “solidariedade”, apesar da grande diversidade de organizações não governamentais; “fluxos privados”, que são uma vasta panóplia, incluindo investimento directo ou empréstimos bancários. **O que antes se designava por “negócio empresarial” hoje designa-se, em muitas situações, por “cooperação”**, mas não é por essa via que o lucro se transforma milagrosamente em rendimento das populações autóctones.

Entendendo-se desenvolvimento como a acção do agente desenvolvido sobre o agente subdesenvolvimento – concepção que já repudiámos – a cooperação é a figura institucional que permite essa acção, que permite a ligação do desenvolvido ao subdesenvolvido. Logo, **a cooperação é parte integrante da concepção do desenvolvimento que é o prolongamento do colonialismo.**

Acrescente-se que muitas vezes a cooperação é uma capa para a hipocrisia política internacional. Faz-se a guerra e depois desencadeia-se a “ajuda aos desalojados” ou a “ajuda humanitária”.

Um estudo recente muito interessante, tanto mais quanto as suas posições resultam da interpretação dos próprios documentos das organizações de Bretton Woods, que nunca aceitariam as suas conclusões, Milando dissecou o conceito de “cooperação”:

Importa distinguir três dimensões diferentes do “desenvolvimento”. Em primeiro lugar, distingue-se o “**desenvolvimento-processo**”, isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso”, tendo como mentores principais os “operadores de desenvolvimento”. Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de

desenvolvimento é designada por “**desenvolvimento-resultado**” e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o “**desenvolvimento-utopia**”. (2005:37)

Partindo-se de uma certa ideia de desenvolvimento (utopia) desencadeia-se a actuação dos operadores de desenvolvimento (processo) que conduz a um certo resultado nos países de destino (resultado). A conclusão a que chega é que os resultados são ridículos em relação à dimensão do processo e das intenções utopicamente reveladas. Utilizando a linguagem popular, a montanha pariu um rato, que ainda por cima pode ter actuações nefastas.

Se estamos de acordo com o diagnóstico dos resultados, estamos em desacordo com as suas causas. Este autor coloca a causa da falência na ineficácia do desenvolvimento-processo. Para nós o cerne do problema está na própria concepção de que o desenvolvimento é um processo deste tipo, na ideia de que há países e povos que, por esta ou aquela razão, não são capazes de assumir a responsabilidade do seu destino.

O que actualmente se designa por cooperação é necessariamente prejudicial ao desenvolvimento? Provavelmente não. Além disso não se pode passar da concepção de cooperação e desenvolvimento que hoje vigora para outra totalmente diferente sem uma “reparação” dos estragos causados por muito acontecimentos históricos passados.

O que afirmamos é que a “cooperação” pode gerar agravamento da desestruturação das relações interindustriais e, nesses casos, estamos perante acções de “cooperação para o desenvolvimento” que agrava o subdesenvolvimento. Infelizmente muitas das acções de cooperação estão nesta situação.

A cooperação gera dinâmicas de desenvolvimento mas é nos países já desenvolvidos. Dá lugar à ampliação da “indústria e serviços de cooperação”.

Referências Hipócritas

As teorias sucedem-se, as missões da indústria da cooperação agitam-se, os consensos vão sendo forjados na sombra das fragilidades políticas das periferias e da esperança de benesses financeiras, a pobreza nas suas formas mais extremas continua.

É necessário manter a esperança, enquanto marketing, enquanto apaziguador, enquanto satisfação intelectual de alguns. Novas teorias surgem, tornam-se moda. Todas são bem vindas desde que permitam remeter para os subdesenvolvidos a responsabilidade do seu

subdesenvolvimento, desde que não escarafunche o passado, onde se poderia encontrar decisivas responsabilidades das economias do centro, desde que confirmem as teses neoliberais dominantes.

A justificação do atraso de África por serem “economias rendeiras” está na moda. Tão na moda que cronistas mal informados sentem a necessidade de utilizar essa terminologia quando vagueiam por terras desconhecidas, por mundo africanos, que seguramente nunca tiveram a preocupação em compreender.

Gostaria, por isso de deixar alguns breves apontamentos sobre as explicações das “economias rendeiras”, que rapidamente se assumem como “Estados rendeiros”:

- Estas teorias exigem, em primeiro lugar que analisemos com muito cuidado o que se designa por renda e como esta é parte integrada da organização económica, social e política. Ao concentrar a noção de renda no “rendimento acima do esperado” está automaticamente a atribuir malevolência ao conceito de renda. O esperado é o normal, isto é, o correspondente à remuneração dos factores – o lucro como categoria social com características próprias não existe, a sua natureza é igual ao salário e ao juro, remuneração adequada às respectivas produtividades dos factores – e ao espontâneo funcionamento do mercado caminhando para o equilíbrio. Logo, a renda é um impeditivo ao livre funcionamento dos mercados, logo é condenável. E porque em vez de sociedade rendeira tende-se a falar de Estado rendeiro mais uma vez o Estado aparece como um empecilho ao desenvolvimento.
- É verdade que em muitas sociedades africanas as rendas assumem uma grande relevância no PIB. Tal situação não vale por si, mas enquanto indicador de economias que, por razões históricas, dependem muito fortemente da produção mineira e petrolífera, do sector agrário. É certo que frequentemente o Estado é um dos detentores importantes da propriedade ou de direitos importantes sobre a exploração e a exportação e que concentra na sua posse uma importante percentagem da renda. Contudo estas situações não são boas ou más em si. São más enquanto expressão de uma estrutura produtiva virada para o exterior e desarticulada. Nos processos de independência também as alternativas eram escassas, pois ou os novos Estados mantinham a estrutura e posse da propriedade como dantes – o que prolongava na independência muitos dos aspectos essenciais do colonialismo – ou tinham que assumir o seu controlo total ou parcial. Uma leitura

cuidada destas situações remete para a história que se pretendia esquecer e desloca a problemática para a estrutura produtiva.

- A existência de rendimentos assentes na propriedade é um entrave ao crescimento da economia capitalista – este problema foi muitas vezes tratado por Marx numa época histórica e para sociedades diferentes, mas mantém toda a actualidade e generalidade. Numa época de forte competitividade internacional, o “imobilismo” da propriedade conflitua com o forte “mobilismo” da organização produtiva flexível, fácil de se transformar. Nessa medida, e porque a grande importância da renda está associada a uma dependência comercial do exterior e ao “dualismo” desarticulado, de que já falámos, uma “economia muito dependente da renda” está em piores condições para participar na competitividade internacional.
- Os estudos de casos das economias rendeiiras mostram que a sua existência e a sua distribuição não tem apenas aspectos negativos. Também tem, em muitas situações aspectos positivos, nomeadamente permitindo uma acumulação primitiva que os países subdesenvolvidos não tiveram condições de realizar. É certo que em muitas situações as formas de distribuição da renda configuram clientelismo, corrupção e diversas formas de fraude. A existência da renda pode facilitar ou ampliar essas situações mas o problema não está na renda mas nas “elites políticas”, no Estado.
- Concentrando a atenção sobre as economias subdesenvolvidas estes modelos esquecem-se de dizer que nas economias desenvolvidas também há grandes manchas de dependência da renda, como vimos a propósito da financeirização da economia no período da globalização.

Enfim, há que utilizar estas noções na moda com muito cuidado.

Apontamento final

Ainda muito poderia ser dito aqui, como síntese do afirmado anteriormente ou como ponto de partida para outros trabalhos, mas preferimos terminar como fizemos na comunicação no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Luanda. Novembro 2006).

Não temos dúvidas que a actual situação tem de ser radicalmente alterada, o que só será conseguido pela luta. Espontaneamente a correlação de forças é favorável à continuação da globalização e deste “desenvolvimento”. Também sabemos que o futuro é uma construção colectiva e que não haverá à partida um novo paradigma de referência. Daí a importância da transcrição que apresentamos no início deste ponto.

A melhoria da qualidade de vida dos africanos tem de ser essencialmente obra dos africanos no contexto da economia mundializada. Tenhamos, contudo, cuidado com estas formulações demasiado genéricas: em “a melhoria da qualidade de vida dos africanos (a1) tem de ser obra dos africanos (a2)” estamos a utilizar o mesmo termo com dois significados diferentes. Por a1 pretendemos designar todos os cidadãos que vivem no continente africano; por a2 estamos a subentender um seu subconjunto, onde os detentores do poder e as elites (para utilizar uma terminologia na moda) têm uma função primordial. Ora muitos elementos deste segundo subconjunto serão mais associados ao *statu quo* e mais afastados da qualidade de vida do primeiro conjunto que muitos cidadãos dos países altamente desenvolvidos.

Bibliografia

Colocámos na bibliografia todas as obras que estão directamente relacionadas com afirmações feitas ao longo do texto, mesmo quando não há uma referência expressa ao autor ou obra. Não colocámos, porque nos pareceu inteiramente desadequado, todo e qualquer trabalho que fugisse daquela situação mesmo que tivesse tido uma função importante na construção das ideias aqui apresentadas.

Nesta listagem encontramos documentos que reputamos de positivamente relevantes, isto é, pontos de partida para ideias que designamos de válidas – provavelmente a grande maioria – mas também constam algumas que servem sobretudo como ponto de partida para o que há que combater.

AFONSO, Maria Manuela, and A. Paula FERNANDES. 2005. *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr / Oikos.

AMIN, Samir. 2000. *Os Desafios da Mundialização*. Lisboa: Dinossauro.

BACHELARD, Gaston. 1984. *A Filosofia do Não - Filosofia do Novo Espírito Científico*. Translated by J. J. M. RAMOS. 3 ed. Lisboa: Editorial Presenca.

-
- . 1988. *Le Droit de Rêver*. Paris: PUF.
- . 1999. *La Poétique de la Rêverie*. 5 ed. Paris: PUF. Original edition, 1960.
- CARNEIRO, Emmanuel Moreira. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana. Caracterização e Consequências*. S. João do Estoril: Princípia.
- CHUAH, Swee-Hoon, Robert Hoffmann, Martin Jones, and Geoffrey Williams. 2007. Do cultures clash? Evidence from cross-national ultimatum game experiments. *Journal of Economic Behavior & Organization* 64 (1):35-48.
- COLANDER, DAVID. 2000. *The Complexity Vision and the Teaching of Economics*. 1 vols. Cheltenham: Edward Elgar.
- COLET, Nicole Rege. 2002. *Enseignement Universitaire et Interdisciplinarité. Un Cadre pour Analyser, Agir et Évaluer*. 1 ed. Bruxelas: De Boeck Université.
- . 2004. Université et disciplinarité: ose-t-on encore parler d'interdisciplinarité? In *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.
- CORREIA, Maria Fernanda, and Carlos PIMENTA. 2007. Ordenamento Estratégico da Educação. *Working Papers / CEAUP* (2):26.
- COSTA, J. ALMEIDA, and A. SAMPAIO E MELO. 1995. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 7 ed. Porto: Porto Editora.
- DAMÁSIO, António. 1996. *O Erro de Descartes: Emoção, Razão e Cérebro Humano*. 16 ed. Lisboa: Publicações Europa-América. Original edition, 1995.
- . 2003. *Ao Encontro de Espinosa. As Emoções Sociais e a Neurologia do Sentir*. 1 ed. Mem Martins: Publicações Europa-América. Original edition, 2003.
- ESTEVÃO, João. 2005. O Desempenho Económico da África Subsariana (1960-2002): Leituras e Interpretações. In *Seminário conjunto do Mestrado em Economia e disciplina de Política Económica da Licenciatura em Economia*. Coimbra.
- FIGUEIREDO, Ant. M., and Carlos S. COSTA. 1982. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito. Antologia e Roteiro Crítico*. Porto: Afrontamento.
- . 1986. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações*. Tomo I: Conceito. Rupturas. Porto: Afrontamento.
- GEDEÃO, António. 1983. *Poesias, Completas*. 9 ed. Lisboa: Sá da Costa.
- GERDES, Paulus. 2007. *Etnomatemática. Reflexões sobre a Matemática e a Diversidade Cultural*. 1 ed. Porto: Edições Húmus.
- . 2007. *Othava: Fazer Cestos e Geometria na Cultura Makhuwa do Nordeste de Moçambique*. Nampula: Universidade Lúrio.
- GOUMEZIANE, Smail. 2003. *Le Pouvoir des rentiers. Essai sur l'histoire de la rente et des rentiers des origines à nos jours*. Paris: Éditions Paris-Méditerranée.
- GUSDORF, Georges, Jean PIAGET, John DEWEY, Heinz HECKHAUSEN, Trace JORDAN, Sally A. BROWN, Félix GUATTARI, Georges VAIDEANU, Julio de ZAN, Jorgen MITTELSTRASS, Martin CARRIER, Gerhard FREY, and Pierre DELATTRE. 2006. *Interdisciplinaridade. Antologia*. 1 vols. Porto: Campo das Letras.
- HUGON, Philippe. 2006. *L'économie de l'Afrique*. 5 ed. Paris: La Découverte.
- KHAN, Mushtaq H. (Ed), and JOMO K. S. (Ed.). 2000. *Rents, Rent-Seeking and Economic Development. Theory and Evidence in Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
-

- KUHN, Thomas S. 1996. *The Structure of Scientific Revolutions*. 3 ed. 1 vols. Chicago: The University of Chicago Press.
- LEONTIEF, Wassily. 1988. *A Economia do Insumo-Produto*. Translated by M. D. DAVID. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.
- LODGE, DAVID. 2001. *O Mundo é Pequeno*. Translated by L. M. d. S. SILVA. 5 ed. 1 vols. Vol. 1. Porto: ASA.
- MARX, Karl. 1967/9. *Le Capital*, 8 Volumes. Translated by J. ROY. Paris: Editions Sociales.
- MENGER, Carl. 1988. *Principios de Economia Política*. Translated by L. J. BARAUNA. 3 ed. São Paulo: Nova Cultura.
- MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- MOREIRA, Daniel Augusto. 2002. *O Método Fenomenológico na Pesquisa*. 1 ed. 1 vols. São Paulo: Pioneira Thomson.
- NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Democratie et Unité Africaine. La Declaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.
- ONU. 2005. *Report on the World Social Situation, 2005*. Washington: ONU.
- . 2006. *The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005*. Place Published: ONU
- PIMENTA, Carlos. 1995a. Lição Síntese, *Provas de agregação*. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto.
- . 1995b. Relatório sobre a disciplina de Introdução à Economia. Relatório de Disciplina, *Provas de agregação*. Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Porto.
- . 1998a. Heterodoxias e o Conceito de Procura. *Boletim de Ciências Económicas*
- . 1998b. Possíveis Heterodoxias em Economia e Marxismo. *Vértice - nova série* (85):19/31.
- . 2004a. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição*, Ideias - Economia. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2004b. Complexidade e interdisciplinaridade. In *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.
- . 2004c. Contributos para Repensar a Interdisciplinaridade e a Complexidade nas Ciências Sociais. In *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Jorge Ribeiro Faria*. 2003. Coimbra, Coimbra Editora.
- . 2004d. La «Science Économique» et les Mathématiques. Quelques remarques. Dijon, In *Le Rôle des Mathématiques* edited by - Centre Gaston Bachelard - Université de Bourgogne.
- . 2005. Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais. In *Sobre Interdisciplinaridade*. Caxias do Sul: EDUCS.
- . 2006. Interdisciplinaridade e Universidade: tópicos de interpretação e acção. In *A Escola e a Diversidade Cultural. Multiculturalismo, Interculturalismo e Educação*, edited by R. BIZARRO. Porto: Areal Editores.
- . 2007. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41.
- PIMENTA, Carlos (org.). 2004. *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.
- PNUD. 1990. *Human Development Report 1990*. New York: PNUD.

-
- . 2000. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2000*. Lisboa: Trinova Editora.
- . 2003. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2003*. New York: PNUD.
- . 2005. *Relatório do Desenvolvimento Humano 2005*. New York: PNUD.
- . 2006. *Human Development Report 2006. A água para lá da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*. Nova Iorque: PNUD.
- SANTOS, Maciel. 2006. A historicidade das sociedades rendeiiras – contributo para a crítica da rentier theory, *Conferência CODESRIA*.
- SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.
- . 2006. Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know? *IZA - Discussion Paper* (2315).
- STACEY, RALPH D. 1995. *A Fronteira do Caos*. 1 ed. Lisboa: Bertrand.
- STIGLITZ, Joseph E. 2002. Emploi, justice sociale et bien-être. *Revue Internationale du Travail* 141 (1/2):19.
- . 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revista ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.
- . 2006. *Un autre monde*. Translated by P. CHEMLA. Paris: Fayard.

Versão Edição

Apontamentos Heterodoxos
sobre Globalização e Desenvolvimento
em África

Carlos Pimenta
pimenta@fep.up.pt
Faculdade de Economia do Porto
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Carlos José Gomes Pimenta

Economista. Professor catedrático da Faculdade de Economia do Porto. Investigador, e membro da direcção, do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. Coordenador da pós-graduação Gestão de Fraude.

Áreas centrais de investigação actual: "Desenvolvimento", "Economia de África", "Economia Não-Registada / Economia Sombra", "Epistemologia da Economia", "Interdisciplinaridade".

Em resultado da investigação científica e da intervenção social é autor de vários livros e artigos, referenciados na sua página pessoal: <http://www.fep.up.pt/docentes/cpimenta>.

Foi director de diversos projectos de âmbito regional, nacional e internacional. Foi dirigente associativo estudantil durante as lutas académicas de 1968/70 em Lisboa.

RESUMO:

Começa por alertar para a importância da heterodoxia em Economia e da interdisciplinaridade.

Analisa-se de seguida a actual teoria ortodoxa desconstruindo-a. Depois de algumas referências estatísticas sobre África, concentra a atenção na globalização.

Distinguindo "globalização" e "mundialização", assenta a análise daquela na importância dos mercados financeiros e do capital fictício. Logo destaca a existência de uma relação indissociável entre globalização e economia subterrânea, entre aquela e agravamento das desigualdades económico-sociais.

É nesse contexto que deve ser analisado o falso binómio "cooperação e desenvolvimento", partes integrantes da estratégia do imperialismo, vias de rentabilização das economias dominantes e de afastamento das periferias. Salientando que não há relação entre cooperação e desenvolvimento, podendo aquela ser a negação deste, apresenta de uma concepção alternativa de desenvolvimento, assente nas características das economias subdesenvolvidas, e não em comparações internacionais.

Termina com algumas considerações críticas sobre a moda dos modelos de "economia rendeira".

PALAVRAS-CHAVE

globalização; desenvolvimento; neocolonialismo; heterodoxia, interdisciplinaridade

Apontamento inicial

As primeiras palavras são para a metodologia subjacente ao IESE "O objectivo central (...) é promover pesquisa numa perspectiva interdisciplinar e heterodoxa". Interdisciplinaridade e heterodoxia, dois cunhos de uma prática diferente, dois caminhos, certamente difíceis, mas que podem desembocar em paisagens conceptuais de grande esplendor. Embora reconhecendo que contemporaneamente o peso científico e institucional do labor intelectual continua a ser predominantemente disciplinar e de especialização crescente é preciso afirmar cada vez mais que compreender e transformar qualquer parcela da realidade social, incluindo africana, sem uma visão interdisciplinar - independentemente do significado preciso deste termo - é um absurdo.

É preciso igualmente afirmar que algumas ortodoxias são particularmente ridículas, particularmente quando se está a analisar a África Subsariana. É o caso, por exemplo, da Economia neoclássica

Começaremos por referir alguns aspectos da interdisciplinaridade e da heterodoxia, para depois, só então, entrarmos no cerne da nossa problemática.

Interdisciplinaridade

Desde meados do século passado temos vindo a assistir a um crescente esforço, embora ainda minoritário, para a interdisciplinaridade. E para esclarecer dúvidas em relação à polissemia deste vocábulo e a diversidade de designação para a mesma realidade, entenda-se por interdisciplinaridade qualquer contaminação (conceptual, problemática ou metodológica) mais ou menos intensa entre áreas do saber epistemológica ou organizativamente diferentes.

Hoje é sabido que a decomposição do todo em partes e o estudo detalhado de cada uma das partes, como propunha Descartes nas regras adequadas ao filósofo e ao cientista, não é uma forma de encontrar o mais simples nem o procedimento primeiro para posteriormente compreender melhor o todo. Não se encontra o simples porque cada individualização desperta novas totalidades (na passagem da sociedade para o indivíduo encontramos uma "realidade" mais fácil de ser estudada?). Não é a forma mais adequada porque o todo é mais que a soma das partes porque também é a relação, na semelhança e na diferença, entre as partes e toda a não linearidade e a irreversibilidade do processo. E se o erro cartesiano se justifica pelo tipo de práticas científicas então vigentes e pelos limites cognitivos do homem caldeado numa civilização de raiz greco-latina e judaico-cristã, com predomínio de certos sentidos e de certas filtragens de informação, muito menos se justifica em África onde, a acreditar pelo movimento da negritude e alguns estudos sobre a cultura banto, o tacto tem particular importância e impõe a continuidade das "partes" em lugar da sua separação. Muito menos se justifica em Moçambique onde existe uma das comunidades científicas mais importantes que há longos anos mostram ao mundo que mesmo os redutos mais "puros" do engenho humano estão inexoravelmente integrados nos usos e costumes, que é fundamental identificar, salvaguardar, despertar e potenciar os conhecimentos endógenos. Estamos a falar da Etnomatemática.

Hoje é sabido que existem algumas problemáticas, a que é necessário dar resposta por razões meramente científicas ou por exigência de política e de intervenção no terreno, que exigem o contributo de diversas áreas científicas, a constituição de grupos de trabalho envolvendo diferentes especialistas. Sabemos ainda que algumas dessas problemáticas são de uma importância crucial para o futuro da humanidade. Recordemos, de passagem, o que se pode designar por ecologia ou neurociências.

Hoje é reconhecido que uma cidadania consciente e interventiva numa sociedade em transformação com elevados níveis de aceleração - fazendo com que o mundo que temos na cabeça não seja o mesmo que temos debaixo dos pés (parafraseando uma conferência em Genebra na passagem do milénio) -, exige um ensino que em vez de exigir a memorização das partes conduza ao domínio da totalidade, levando frequentemente as escolas e os professores a exigirem aos alunos uma capacidade de inter-relacionamento conceptual que eles próprios não são capazes de fazer.

Se estas constatações são aplicáveis a todas as áreas científicas, também o são nas ciências da realidade humana em que todos nós, creio, trabalhamos. História, Geografia, Economia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, Arqueologia, Política, Demografia, Linguística, Semiologia, Direito, com as suas fortíssimas especializações internas, são algumas das ciências "puras" que seleccionam apenas uma parte da totalidade "homem em sociedade", utilizando para tal um certo "ângulo de focagem" e uma metodologia específica. Gestão, Ciências da Educação, Ciências Cognitivas, Ciências da Informação e da Comunicação, Ciências das Relações Internacionais e muitas outras que encontramos em qualquer cardápio de uma instituição universitária são outras tantas ciências da realidade humana que ainda procuram unificar o seu objecto de estudo, como o nome de algumas delas deixam a entender. Biologia, Fisiologia, Neurociências, Etologia, e muitas outras ciências, ajudam a compreender o "homem em sociedade", apesar de constituírem outro tipo de ciências. Ao mesmo tempo a Matemática está quase sempre presente, implícita ou expressamente. Sócio-Economia, Psicossociologia, Antropologia Económica, Sociolinguística são alguns exemplos, dentro de uma lista vastíssima, de manifestações de interdisciplinaridade na tentativa de compreender melhor, com todo o rigor científico, quem somos.

Apesar dessas "evidências", apesar de um crescente reconhecimento institucional da monta da interdisciplinaridade, ela continua a ser uma contratendência. Ainda não é a tendência.

Esta posição subalterna resulta de duas ordens de razões: a ciência também é poder; a interdisciplinaridade é difícil.

Nestas considerações pomos de lado os falsos entendimentos do que é interdisciplinaridade (de que os mais vulgares são admitir que um grupo de especialistas de várias ciências em conjunto geram por osmose interdisciplinaridade, ou que uma sucessão de discursos fundados em várias disciplinas dão, por contaminação, interdisciplinaridade).

Quanto à primeira razão dispensamo-nos de fazer referências significativas. Todos sabemos que a ciência concede poder político e social, todos sabemos que o cientista goza de uma certa área de influência, de um certo estatuto social, de um certo reconhecimento, de uma espacialidade e temporalidade próprias. Todos sabemos que os cientistas gostam de encobrir o seu poder em "colégios invisíveis". E todos estes aspectos ainda são, muito dominantemente, o resultado da divisão de tarefas, da especialização, da criação de sábios ignorantes e de ignorantes sábios. E a todos estes aspectos corresponde uma institucionalização que é rígida, que dificulta o encontro, que encobre a soberba de cada um.

A segunda razão aconselha uma enunciação um pouco mais atenta, apesar de não termos uma listagem suficientemente exaustiva. A Epistemologia da Interdisciplinaridade tem sido mais profícua a extrair grande leis do que a compreender as práticas interdisciplinares nas suas virtudes e nos seus defeitos, apesar de ser aí que se forjam os sucessos e insucessos.

A primeira grande dificuldade resulta de cada um de nós percepçionar a realidade através dos modelos interpretativos que conhecemos. Partimos dos modelos para a realidade e não da realidade para os modelos. É a consequência de muitos anos de

aprendizagem especializada num ensino onde a observação, a experimentação, a simulação e o erro são substituídos pela cátedra do saber construído, "chave na mão". É certo que a percepção é espontaneamente construída, não é uma "tábua rasa", é certo - pelo menos assim o admitimos apesar das controvérsias sobre o assunto - que uma permanente reconstrução das "próprias coisas", da "realidade em si" seria castrador do progresso científico, mas o ensino poderia minorar estas limitações.

Associado a este facto está a correspondência a cada disciplina de um léxico próprio. Frequentemente um léxico que é hermético para os que não trabalham nessa ciência, quer porque possui palavras desconhecidas, quer porque contem palavras comuns ao conhecimento corrente ou a outras ciências, mas com um significado totalmente diferente, quer ainda porque pode recorrer a formas próprias de linguagem (matemática ou lógica, por exemplo).

Alguns estudos procuraram quantificar o desfasamento de conhecimentos entre os membros de uma equipe interdisciplinar com práticas consolidadas, com hábitos comuns adquiridos, com preocupações similares. E verificaram que o que um membro da equipe de uma certa especialidade conhece das disciplinas dos outros tem um desfasamento temporal de pelo menos cinco anos, podendo chegar aos dez. Cada especialista só conhece a outras disciplinas pouco mais do que ao nível da divulgação científica. E não é difícil de perceber isso a partir da nossa própria experiência disciplinar. Agora falamos como economista. Saber aprofundadamente todas as áreas da Economia é materialmente impossível tal é a produção científica e a sua divulgação em todo o mundo. Quando muito podemos tentar ser uma "tendência de conhecimento pleno" num grupo limitado de sub-ramos da Economia, e mesmo assim condicionado por localização geográfica, hábitos adquiridos e conhecimentos linguísticos. Se nem se consegue ser economista "de corpo inteiro" como conseguir ser também sociólogo, antropólogo e muito mais?

E como se estas dificuldades não bastassem, há duas outras de monta a acrescentar, uma de natureza funcional e institucional e outra epistemológica.

A primeira resulta do facto da investigação interdisciplinar ser um processo com o resultado final em aberto ou, pelo menos, com muito maior incerteza de resultados que o trabalho disciplinar.

A segunda tem a ver com a indissociabilidade da interdisciplinaridade de dois outros aspectos: a interculturalidade - e este aspecto é particularmente importante quando estamos a estudar África - e a interparadigmaticidade. Este último aspecto é particularmente importante nas ciências da realidade humana porque há diversas leituras diferentes da mesma realidade. Por isso mesmo o IESE define a seu primeiro nível de paradigmaticidade: a heterodoxia.

Significam que todas estas dificuldades constituem um obstáculo intransponível ou que exige trabalhos ciclónicos? Nada disso. Nada substitui a alegria da descoberta e as dificuldades podem ser vencidas sem grande esforço, desde que haja um entendimento claro do que é a interdisciplinaridade e as diversas formas que pode assumir, desde que se juntem especialistas de diversas áreas científicas com a modéstia intelectual de saberem o que não sabem e de mostrarem perante os outros o muito que sabem e o muito mais que não sabem, desde que não se caia em rotinas e se assuma o empreendimento como um projecto. Desde que, como afirma uma especialista nessas áreas, o director desse projecto tenha um estatuto de aceitação e uma carreira profissional já realizada, nada tendo a perder com a desconfiança alheia ou com as dificuldades encontradas.

O que costumamos dizer frequentemente ao tratar destes assuntos é que não apliquem o nome de interdisciplinaridade em vão. Estamos certos que tal não acontecerá nesta situação. Por isso os meus parabéns.

Heterodoxia

Heterodoxia opõe-se à ortodoxia. Em termos económicos - teríamos dificuldades imensas em falar desta questão em outras ciências da realidade humana e muito maiores ainda em termos interdisciplinares - a ortodoxia é o pensamento económico dominante. Sabemos, em termos políticos, que a sua expressão máxima é o Fundo Monetário Internacional. Talvez já não saibamos tão bem como a classificar, se isso é possível, entre as correntes do pensamento económico. Os neoclássicos, na linha dos utilitaristas ou marginalistas que se reivindicavam continuadores de Smith e Ricardo, ou na continuidade da "síntese" dos referidos marginalistas com o keynesianismo, eufemismo para designar a subordinação deste às correntes que combateu? Os liberais, que defendem a reduzida intervenção do Estado na economia, ou os neoliberais que defendem o aniquilamento do próprio Estado, inimigo público?

Provavelmente a classificação de um modelo, de uma teoria ou de um paradigma passa pela resposta a um crivo de questões de natureza económica, epistemológica e sociológica e para caracterizarmos a ortodoxia temos que perceber as suas respostas às referidas questões: (1) o seu conceito de verdade nada tem a ver com a adequação à realidade, sendo garantida pela coerência interna e aceitabilidade pela comunidade científica; (2) a relação de causalidade confunde-se com a relação de simultaneidade e a correlação, numa posição típica do positivismo; (3) a sua lógica é clássica, logo bivalente e rejeitando a contradição; (4) a sua interdisciplinaridade privilegiada é com a Psicologia individual, ou não fosse o indivíduo a sua referência fundamental para o estudo do Homem, ainda que mitológica; (5) a relação entre os homens é substituída pela relação entre o homem e o objecto; (6) consideram que a Economia é a ciência da tomada de decisões quando há fins alternativos e meios escassos para atingir esses objectivos, podendo estes nada terem a ver com a produção,

repartição e troca; (7) o seu conceito-chave de base é o da utilidade marginal, ofelimidade da última unidade; (8) a microeconomia é o reduto sagrado da construção científica, pelo menos da construção científica económica; (9) o posicionamento em relação ao Estado é a do liberalismo ou neoliberalismo. Permitam-me que insista sobre o conceito de verdade da ortodoxia, porque ela tem uma importante relevância política. O conceito de verdade está fora do confronto entre os modelos e a realidade. Está depositado no altar da comunidade científica, onde se sabe à partida que há uma maioria de validação. Então se houver desajustamento entre a realidade e o modelo, tanto se pode adaptar o modelo à realidade como adaptar a realidade ao modelo. Como o modelo "é verdadeiro", "está certo", a realidade é que tem de ser adaptada ao modelo. Certamente de forma coerciva. Não é esta a característica mais vincada da actual política económica? Não foi essa a orientação primeira dos malogrados e dramáticos planos de ajustamento estrutural?

Antes de passarmos, por contraposição, à caracterização da heterodoxia, centremo-nos num ponto, que é a transposição para estes assuntos da linguagem aceite pelo conhecimento corrente. Ortodoxia não é só ciência, É doutrina. É a Verdade. Por isso a heterodoxia é heresia. Por outras palavras, a ortodoxia não aceita as outras posições como verdadeiras, como tendo um conceito diferente de verdade. A ortodoxia não aceita a pluralidade de interpretações da realidade, rejeita o pluralismo teórico. A ortodoxia é dogmática e ditatorial.

A heterodoxia é a aceitação da pluralidade de leitura e interpretação dos acontecimentos "económicos", é a defesa do pluralismo teórico como vantagem epistemológica, cultural, pedagógica e de cidadania. **A heterodoxia é democrática** e respeitadora do outro, da diferença. Contudo há uma grande diversidade de heterodoxias, também ela tem uma comunidade científica vasta que é obrigada a lutar pela sua inclusão na comunidade científica global e a heterodoxia de hoje pode ser,

frequentemente será, a ortodoxia de amanhã. Por isso mesmo **a heterodoxia é uma permanente reconstrução científica, social e política.**

A ortodoxia pretende-se científica e, depois de “despedida” do doutrinário é-o efectivamente (dispensamo-nos nestas glosas marginais mergulhar no próprio conceito de ciência). As heterodoxias também são científicas. Então podemos dizer que a Economia (chamemos-lhe assim ou Ciência Económica ou Economia Política, indiferentemente) é uma ciência atravessada por uma conflitualidade interna, pela coexistência de diferentes paradigmas. Esta situação coloca algumas questões que é conveniente analisarmos, sobretudo enquanto heterodoxos. Nós não nos podemos iludir com as “primeiras evidências”, devemos reflectir sobre a nossa própria existência.

Como é possível essa diversidade de leituras da realidade, utilizando todas elas metodologias científicas, que podem ser confirmadas pelos outros, se a ciência se baseia em factos, sendo a Economia particularmente preocupada com a quantificação? Os factos “estão lá” e continuam a ser a base da construção científica, mas a selecção, relação e hierarquização dos factos depende da sua relevância teórica, da “consciência possível” dos economistas. Além disso se para muitos fazer ciência é descrever, também para muitos outros ciência exige interpretação e o mesmo conjunto de factos pode dar lugar a interpretações diferentes.

Não será que o pluralismo teórico confirma que a Economia ainda não é uma “ciência madura” e que a própria afirmação da heterodoxia reforça esse estatuto menor da Economia? Apesar de um velho complexo de inferioridade da Economia em relação à Física - expressa no desgosto de muitos por as leis económicas serem mais probabilísticas do que deterministas, na procura dos fundamentos de uma “física social” que aparece em autores tão diferentes como Marx ou Menger, na hipervalorização da

utilização da Matemática como critério de veracidade - admitimos poder responder que esta pergunta tem validades totalmente diferentes quando aplicadas às ciências da realidade humana ou às ciências da realidade física, que estes dois grupos de ciências têm especificidades que as diferenciam. Há razões sociais para a própria conflitualidade interna, para a afirmação do pluralismo teórico.

A afirmação da heterodoxia é uma valorização epistemológica da Economia. Nos países periféricos a heterodoxia é particularmente valiosa. Em primeiro lugar porque a ortodoxia está desajustada das realidades periféricas (ou não fosse aquela essencialmente construída no "centro", à luz da realidade desse mesmo centro!) e é um imperativo os economistas desses países periféricos terem a capacidade de fornecer um modelo interpretativo mais adequado à realidade. Em segundo lugar porque a própria batalha científica à escala mundial se tratava tanto no acto de investigar como na correlação de forças na comunidade científica. Esta reflecte a correlação de forças política e social, mas tem uma autonomia relativa. A afirmação do pensamento económico das periferias à escala mundial é um esforço de luta contra a marginalização, esforço pela inclusão, esforço pela alteração da correlação de forças.

Falemos de heterodoxias, no plural. Há **dois caminhos diferentes de construção da heterodoxia**.

Um primeiro é o da crítica à ortodoxia. A detecção de falhas na sua coerência interna (hipóteses implícitas que entram em conflito com hipóteses explícitas, conceitos sem significado rigoroso e preciso que vai assumindo conteúdos diferentes ao longo da teoria, erros na articulação das variáveis do modelo, etc.) ou a constatação de desajustamentos entre a teoria e a realidade que permitam concluir pela falsabilidade daquela (esta crítica externa é frequentemente inconclusiva por ser uma crítica a leis *ceteris paribus*, a leis hipotético-dedutivas

assentes num conjunto de hipóteses irrealistas) podem permitir construir modelos alternativos, teorias diferentes. É uma heterodoxia resultante de uma negação da ortodoxia, é uma ortonegação. Quanto mais esta crítica desagregadora da ortodoxia se centrar em hipóteses, conceitos e modelos fundamentais para o edifício teórico da Economia tanto mais poderosa se revela, tanto mais se diferenciara da sua origem. Quanto mais radicais forem as rupturas produzidas e quanto mais fundamentadas forem as alternativas nascidas, mais essa heterodoxia é poderosa, distinguindo-se da mera voz divergente dentro da própria ortodoxia. Por exemplo, sendo o "equilíbrio" um conceito base da Ciência Económica, a crítica radical a este conceito tem impactos muito significativos. Por exemplo, sendo a ortodoxia pretensamente positivista, a comprovação que grande parte dos modelos são normativos abala os seus alicerces.

As heterodoxias também podem ser o resultado da utilização pela Economia de problemáticas, realidades, conceitos, metodologias ignoradas pela ortodoxia. Por essa via se constrói um paradigma alternativo que resulta da afirmação de certos aspectos da realidade social ou científica. É a construção da heterodoxia pela afirmação, pela afirmação do diferente, pela heteroafirmação. E a afirmação da diferença tanto pode resultar da contraposição da racionalidade humana assente nas neurociências, em oposição à racionalidade olímpica, como da afirmação da complexidade, com a concentração da atenção nas diferenças de comportamento dos "agentes económicos", na não-linearidade, na irreversibilidade do tempo.

Enfim, há uma grande variedade de caminhos para a heterodoxia e vários paradigmas heterodoxos alternativos. Uns terão algumas vantagens, outros terão outras. Assim, por exemplo, a ortonegação tem um impacto sobre a comunidade científica muito maior que as posições resultantes do caminho alternativo. É natural que assim seja porque é de mais fácil compreensão por essa comunidade científica dominante, porque representa, em certa

medida, uma continuidade das suas posições, porque se baseia em algumas metodologias comuns. Porque muitas vezes provem de economistas que têm um papel político de grande visibilidade. Um caso paradigmático desta situação é Stiglitz. A hetero-afirmação frequentemente lida com metodologias, problemáticas e referências que podem ter um maior impacto futuro na construção científica. Contudo o facto de partir de lógicas paraconsistentes ou infinitovalentes, de assentar na teoria do caos ou algo similar dificulta a compreensão pela comunidade científica dominante.

Em alguns casos a heterodoxia resulta da conjugação dos dois caminhos, Marx é um exemplo: é orto-negação ao assumir-se como "ricardiano" e reconstruindo a teoria do valor com a consciência possível da classe operária; é hetero-afirmação enquanto transposição para Economia Política da lógica dialéctica (hoje chamaríamos provavelmente paraconsistente) de Hegel com "os pés no chão".

Enfim, é importante para todos nós, trabalhadores da Ciência Económica em qualquer parte do mundo, que o IESE assuma explicitamente uma posição heterodoxa. Obrigado. Estaremos atentos. Estarei disponível, continuando na heterodoxia de sempre.

Globalização e Desenvolvimento em África

Prolegómenos

Se pretendermos sintetizar a comunicação podemos dizê-lo de uma forma muito abreviada: o que se deve entender por desenvolvimento é algo bastante diferente do que está instituído, nada tem a ver com o actual conceito de cooperação, ainda por cima ambíguo; contudo a mudança de rumo tem que ser

num quadro económico e político internacional diferente, incompatível com a globalização.

Não temos uma estratégia para a construção de uma relação entre os homens que seja alternativa. Quando muito possuímos a capacidade de dizer não, sabemos porque dizemos não, possuímos conhecimento objectivo, conhecemos algumas tácticas e atalhos, mas ainda não temos o mapa do percurso. Não podemos confiar que descobrimos o caminho caminhando. Ele é labiríntico.

A aquisição de cidadania teórica não significa que se assista à constituição de paradigmas alternativos, mas tão só à definição de contornos de um referencial teórico capaz de manter com a análise concreta de situações concretas a dialéctica necessária entre objecto teórico e objecto real, tarefa que o primado da vulgata interrompeu (49)

O pragmatismo gera alçapões integradores no sistema. Por isso o recusamos.

Os assuntos abordados de seguida resultam de um trabalho de investigação realizado ao longo de vários anos e que vem até ao dia de hoje. Todos os dias reformulamos algumas posições, acrescentamos "constatações empíricas", conhecemos posturas de novos autores, descobrimos novas problemáticas, imaginamos possibilidades, encontramos constatações que não estávamos à espera.

Posição ortodoxa, o nosso olhar

"La mondialization" ou "the globalization" é um processo inevitável. Tendo como pilares a iniciativa privada e a liberdade de transacções à escala mundial, a economia beneficia do funcionamento pleno dos mercados. A racionalidade dos agentes económicos e a tendência para o equilíbrio garantem a resolução do bem-estar geral.

Porque pode haver lacunas na racionalidade, porque há desequilíbrios estruturais que carecem de resolução prévia para que os mercados funcionem, porque podem haver tendência nefastas para obstaculizar esse funcionamento automático, porque podem existir acidentes de percurso, o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio vigiam, controlam, intervêm.

Continuam a existir graves problemas a resolver, que vão da pobreza e das doenças às degradações ambientais, mas a mobilização da comunidade internacional e a cooperação internacional estão em condições de superar essas dificuldades. As comparações internacionais mostram que muitos países têm melhorado as suas condições de vida.

É certo que em África as dificuldades em vencer a pobreza, a SIDA e outras doenças, de garantir níveis de rendimento *per capita* têm tido alguma resistência adicional. É o resultado da sua fraca racionalidade económica, de desajustamentos estruturais – que levaram as instituições de Bretton Woods a aconselharem programas de ajustamento estrutural e de luta contra a pobreza, que já estão a produzir os seus frutos benéficos –, dos conflitos militares, de formas de distribuição da renda que distorcem os mercados, criam clientelismos, promovem corrupção.

Assente numa economia sã, automática e a funcionar rumo ao equilíbrio, a democracia é o horizonte esperado para todos os povos. Porque em algumas situações podem haver obstáculos, como referimos a propósito de África, mais uma vez as instituições de Bretton Woods têm uma função pedagógica e vigilante em relação à boa governação.

Podemos ser optimistas em relação ao futuro, mesmo em África. Temos os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, temos o NEPAD e a colaboração de muitos governos. Algumas dinâmicas de crescimento neste século XXI permite-nos também ser optimistas.

Uma leitura mais realista

Desmontemos, globalmente esta interpretação.

A) Em relação a África não podemos ser optimistas.

Para quem todos os dias se confronta com a condições de vida das populações ou para quem tem como profissão lidar com dados estatísticos sobre a realidade económica e social, como é certamente a grande maioria dos presentes, não serão precisas grandes explanações estatísticas. Citemos apenas:

- Tomando o IDHumano de 2004 (publicado pelo PNUD no seu relatório de 2006) o primeiro grande país africano, a Líbia, ocupa a 64^a posição. Na África Subsariana o país melhor situado é Cabo Verde, ocupando a 106^a posição e o seguinte, a Guiné Equatorial, ocupa a 120^a posição. A partir dessa posição quase todos os países são africanos, incluindo os últimos da tabela. Níger ocupa a última posição com um índice de 0,311, isto é, 32% do índice do país melhor posicionado. O IDH dos "países em desenvolvimento" da África Subsariana é de 0,472.
- A situação de África ainda seria pior se considerássemos o Rendimento *per capita*, indicador do crescimento que se encontra subvalorizado no IDH: enquanto o Luxemburgo, os EUA e a Irlanda, apresentam 69.961, 39.676 e 38.827 dólares ano (PPC), a África Subsariana têm o rendimento per capita médio de 1.946 dólares; o país africano, e simultaneamente mundial, pior posicionado, neste indicador é a Serra Leoa, com um valor de 561 dólares.

Numa análise de longo prazo, de 1960 até aos nossos dias também não podemos estar nada satisfeitos com os dias de hoje.

- entre 1960-2004 há um período inicial de melhoria de condições de vida seguindo-se a inversão do processo: o rendimento per capita em 2004 é inferior ao que existia em 1982 e a esperança de vida à nascença nesse mesmo ano recuou 3,5 anos em relação ao máximo, atingido em 1987.
- Dum ponto de vista económico podemos considerar vários subperíodos, sendo os programas de ajustamento estrutural uma das experiências mais dramáticas: crescimento mais rápido, entre 1960 e 1974; uma segunda fase, entre 1974 e 1981, com um crescimento muito mais moderado; uma terceira fase, entre 1981 e 1993, que é a fase da crise, do ajustamentos estruturais e uma quarta fase ainda de caracterização indefinida.

A evolução dos preços das matérias primas internacionais nos últimos anos, o fim de alguns conflitos militares e quiçá uma nova forma de investimento e intervenção internacional em África resultante da crescente influência chinesa fazem com que os dados de conjuntura recente sejam animadores, mas nem assistimos a transformações estruturais, nem são séries suficientemente longas para se tirarem conclusões.

Claro que falar de África Subsariana é falar de uma enormíssima variedade de situações e a estes dados médios seria necessário dados de diversidade, mas para o que nos ocupa aqui podemos ficar pelas globais.

Entretanto os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento pouca ou nenhuma operacionalidade apresentam em África e é cada vez mais notório, como o PNUD e outros organismos já afirmam, que os objectivos preconizados para 2015 não serão alcançados, ficando-se muito aquém.

Receamos bem que não possa ser dito algo de diferente em relação ao NEPAD apesar das belas declarações sobre o crescimento e o desenvolvimento. Basta ler os seus princípios para imediatamente

estarmos mergulhados na terminologia, na ideologia, na lógica da globalização: "boa governação", "encorajar a propriedade", "integração regional", "competitivos", "novo partenariado internacional", "Objectivos de Desenvolvimento do Milénio", etc.

Entretanto o que a OCDE designa por economia não registada é muito elevada em África (segundo as estimativas de Schneider oscila entre 29,5% do PIB na África do Sul e 63,2% no Zimbabwe), configurando três situações diversas: a existência de muitas actividades "tradicionalmente informais" que estão ligadas ao sustento das famílias, um crescente peso das actividades informais nestes países comandadas por grupos capitalistas internacionais e, finalmente, um aumento da economia ilegal comandada por redes internacionais com a sua "sede" nos países desenvolvidos, sendo os africanos mais vítimas que beneficiários dessa situação. Os poucos e imprecisos indicadores parecem apontar para um agravamento da situação, como em todo o mundo, por razões que analisaremos a propósito da globalização.

B) A globalização não é o que parece ser

Afirmando o mesmo, de uma forma mais pormenorizada, a globalização que nos é apresentada é a sua história contada pelos vencedores. Ela não é o que parece e o mercado é simultaneamente uma realidade social e um mito. Caracterizada pela financeirização das actividades económicas conduz inevitavelmente ao aumento da economia subterrânea. Vejamos porque ela não é o que parece ser.

Decomponhamos esta análise em diversos aspectos. Precisemos o significado dos conceitos que tão generalizadamente são utilizados.

A diversidade de sentidos que é atribuído a globalização exige, desde já, que precisemos o significado dos conceitos.

Em português temos a vantagem de utilizarmos ora o termo mundialização, ora o termo globalização. Podemos fazê-lo desde que esclareçamos que significado atribuímos a cada uma destas palavras, semelhantes ou diferentes.

Entendemos por **mundialização** um processo de aproximação entre homens quotidianamente inseridos em espaços geográficos diferentes. Aproximação que pode assumir múltiplas formas: da viabilidade de contacto pessoal à comunicação escrita; da troca de mercadorias produzidas por uns e outros à troca de informações, para apenas referirmos alguns exemplos. Assim sendo, podemos dizer, como é frequentemente afirmado, que a mundialização é um processo que se iniciou nos primórdios da humanidade, com avanços e recuos, mas tendencialmente crescente, manifestando-se de forma desigual nas diversas regiões do mundo. Se medirmos a mundialização pela frequência e velocidade da relação entre quaisquer dois cidadãos (ou instituições) situados em espaços geográficos (e sociais) diferentes, facilmente chegaremos à referida constatação.

Contudo, será disso que falamos quando discutimos sobre a mundialização, quando procuramos medir os prós e os contras, quando reflectimos sobre as nossas condições de vida, sobre as políticas económicas e sociais de que somos beneficiários ou lesados? Certamente que não. O objecto de estudo que corresponde às preocupações de todos nós, cidadãos desta etiquetada "aldeia global", é a sociedade actual, com dinâmicas fortemente condicionadas pelo económico. **É uma certa fase da mundialização** que se estende até aos dias de hoje. Uma fase que assume certa especificidade. É a essa fase que designamos por **globalização**.

Só depois de caracterizarmos esta fase é que podemos periodizá-la. A datação do início não é uma hipótese de partida, mas uma constatação no fim do processo de investigação. Os estudos mostram que o seu início se verifica nos anos 80 do século passado. Parece-nos que essa referência é consistente com dois

aspectos particularmente relevantes dessa década: o advento da microinformática, a integração das diversas formas de informação e as redes de telecomunicações, por um lado, e o fim do socialismo na Europa e na URSS e a tendência de hegemonização do capitalismo à escala mundial. Dois fenómenos de natureza diferente, mas que podem estar intimamente associados.

Pensamos que esta diferença entre mundialização e globalização (chamemos-lhes desta forma ou utilizemos outras designações ("mundialização" / "fase recente da mundialização"; "globalização milenar" / "globalização imperialista recente", etc.) é imprescindível. Em primeiro lugar porque precisa o objecto de estudo. Em segundo lugar porque diferencia claramente dinâmicas seculares, predominantemente determinadas pela evolução da tecnologia, das forças produtivas, e dinâmicas de décadas, predominantemente determinadas pelas relações económico-socio-políticas, pelas relações de produção. **Em terceiro lugar porque podemos dizer categoricamente que a mundialização é inevitável e a globalização é evitável, melhor dizendo, não é inevitável. Não o é na sua existência e nas formas que assume.**

E esta não condenação à globalização liberta energia social, vontade política, lucidez intelectual. É nestes termos que falaremos em globalização.

É importante recordar que a **globalização é capitalismo** - e frequentemente um capitalismo com uma forma de actuação brutal, ou não estivesse o capital novamente senhor do mundo, sem a necessidade de compromissos que a existência do socialismo lhe impunha. A **globalização é uma fase do imperialismo**, empolando algumas das suas características e continuando outras como sempre. É também importante reconhecer que a globalização processa-se no quadro de algumas especificidades: a interligação entre os mercados aumentou, modificou-se o próprio significado do conceito de mercado, os sectores estratégicos da acumulação capitalista são diferentes, os «monopólios» têm constituição,

formas de organização e funcionamento adaptadas às tecnologias e mercados actuais, as bases nacionais ampliam-se em comunidades económicas, as «exportações» de capitais têm uma dimensão geográfica menos precisa, outros aspectos do funcionamento da economia, como a informação e o conhecimento, assumem outra importância. Depois de uma fase em que a sua força política e económica foi fortemente condicionada pela existência do socialismo e pela luta de libertação nacional dos povos sujeitos ao colonialismo e ao neocolonialismo, hoje assume uma posição quase hegemónica. O imperialismo na fase da globalização tem uma posição ofensiva e a sua ideologia, o liberalismo, ou o neoliberalismo, é um instrumento activo de modificação e reprodução do sistema.

Não nos deixemos embalar pela palavra mercado e pela banalização do seu uso, porque ela serve para designar muitas coisas e mesmo enquanto realidade social é sempre uma instituição – logo parte integrante do todo social e transportando os usos e costumes – e, enquanto tal, será em algumas situações “democrática” em muitas outras “despótica”, condenando inexoravelmente muitos à fome e ao degredo.

Consideramos importante distinguir quatro significados diferentes: mercado enquanto realidade social; mercado enquanto modelo interpretativo, mercado enquanto símbolo, mercado enquanto argumento.

O mercado é uma realidade social. É-o como espaço perfeitamente localizado onde um conjunto de (potenciais) vendedores e (potenciais) compradores estabelecem um conjunto de relações entre si e por seu intermédio se relacionam muitos outros intervenientes nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo. É-o, a um maior nível de abstracção, enquanto totalidade dessas relações num espaço geograficamente impreciso que engloba ao mesmo tempo a totalidade dos espaços

concretos anteriormente referidos. O mercado tem uma estrutura que é historicamente determinada pela divisão social do trabalho e, conjunturalmente, pela forma que esta assume, pela correlação de forças económica e política, pelo enquadramento jurídico, pela informação. É um espaço de cidadãos e instituições, etiquetados de "agentes", com usos e costumes, inseridos num contexto mais vasto. O mercado é uma realidade complexa, muito provavelmente sensível a variações infinitesimais de alguns dos factores intervenientes e com interacções múltiplas. A sua existência é anterior ao capitalismo e muito provavelmente também sobreviverá ao fim deste, sendo essencialmente uma relação entre os homens através de instituições.

O **mercado enquanto modelo interpretativo** é sempre uma simplificação daquele. Temos de ter consciência que estamos perante uma simplificação, pelo que não podemos transpor para a realidade concreta as dinâmicas do modelo, pelo que a transposição deste para aquela exige sempre uma localização no tempo e no espaço. É positivo termos modelos, de preferência suficientemente gerais e abrangentes, mas desde que não sejam excessivamente redutores. O que é profundamente negativo, e ideológico, é apresentarmos a realidade como uma imagem do modelo (por exemplo, fazer uma política económica admitindo que há simetria de informação ou que esta é reversível, que os homens "desapareceram" por detrás da oferta, da procura e do equilíbrio), a tal ponto que as diferenças entre a realidade e o modelo resultam de "erros da realidade", como já referimos.

O **mercado enquanto símbolo** é, frequentemente, um prolongamento desta última leitura distorcida. Distorcida ora por uma vontade expressa de alguns "servirem o dono" ora porque um ensino universitário em "torre de marfim", o silêncio dos gabinetes e o afastamento da realidade, uma fraca reflexão crítica e muito pouca imaginação, uma "vacinação contra os valores" e uma insensibilidade ao social fazem com que desconheçam tudo para além dos modelos. O próprio modelo é construído sob o mito da

racionalidade olímpica, sob o comportamento maximizador. Por tudo isto se torna num símbolo: «o mercado tem sempre razão». Por isso mesmo é que quem assim argumenta não a tem.

Finalmente o **mercado é um mero argumento**. Tantas vezes somos intoxicados pela utilização do termo mercado nos dois últimos sentidos aqui referidos que tendemos a “subjugar os nossos neurónios” ao “Deus mercado”, a admitirmos que se tantas vezes o afirmam, assim é.

Além destas considerações recordemos que alguns mercados estão **estruturalmente viciados** (Marx recorda-nos isso ao tratar do “mercado de trabalho”) e outros estão **politicamente viciados** (Stiglitz recorda-nos que “mercados livres” são impostos pelos países do centro aos países periféricos, mas que aqueles são muitas vezes os primeiros a não cumprir).

Sabendo que a “liberdade” mundializada em que assenta a concepção ortodoxa da mundialização é um mito (mais que não seja porque a liberdade económica de uns pode ser a não liberdade económica de outros) temos que procurar a caracterização da globalização (da mundialização na fase recente, se preferirem esta terminologia) noutros aspectos.

Façamos em conjunto essa viagem de reflexão.

A investigação que realizámos e publicámos teve como ponto de chegada o que aqui assumimos como ponto de partida: **a globalização é essencialmente caracterizada pelo reforço da ideologia neoliberal, pelo aumento do capital fictício até níveis nunca anteriormente atingidos, num contexto de articulação e mundialização acelerada dos mercados financeiros e pela adopção de políticas económicas, nacionais e internacionais, que reforçam o papel das multinacionais, empresarizam a economia mundial e dificultam a resistência dos povos.**

Pormenorizemos.

A liberdade comercial é um dos grandes lemas da liberalização. Por isso mesmo seria de esperar que existisse uma mudança qualitativa na quantidade e qualidade das exportações e importações. Contudo tal não acontece. Sem dúvida que há uma tendência estrutural para o aumento da importância relativa do comércio externo dos países, mas esse é um fenómeno típico da mundialização, não especificamente da globalização. Não se registam na década de 80, nem na anterior ou seguinte, mudanças quantitativas ou qualitativas que nos permitam concluir que a globalização trouxe algo de novo nesta matéria. Também se mantêm as posições relativas de quem é beneficiado e de quem é prejudicado com esta liberdade comercial: nos países de alto rendimento alternam-se os anos em que as exportações são maiores que as importações com os de saldo negativo, mas há uma tendência para as exportações de bens e serviços atingirem valores mais elevados. Situação exactamente inversa acontece nos países de menor rendimento, em que se verifica um quase sistemático défice da balança comercial.

Quanto aos investimentos directos estrangeiros verifica-se, no período em análise, **um aumento à escala mundial**, embora também aqui se verifique uma concentração nos países mais desenvolvidos - correspondendo, obviamente, uma posição estrutural e conjunturalmente mais desfavorável nos países de mais baixo rendimento. Além disso **há importantes modificações qualitativas** nas formas como este investimento directo estrangeiro é feito: a intensificação do partenariado e das relações entre empresas a nível internacional, a generalização das fusões-aquisições, eis algumas delas. Simultaneamente **as empresas multinacionais continuam a reforçar a sua importância à escala mundial** - não chega a três dezenas os países, e apenas um africano, que conseguem ter produtos nacionais superiores aos rendimentos distribuídos das maiores empresas mundiais, muitas delas multinacionais - **e mudam a sua estratégia política:** precisam cada vez menos de influenciar as políticas dos Estados,

comportando-se acima deles, na base da liberdade económica internacional e das múltiplas alternativas que têm de localização.

Os movimentos migratórios, que são na quase totalidade movimentos de mão-de-obra, são mais sensíveis às conjunturas que a qualquer dinâmica estrutural de longo prazo. Contudo as conjunturas são quase sistematicamente desfavoráveis e dramaticamente construtoras de pobreza, em vastas regiões do mundo e essa situação é, em grande medida, obra da globalização. Também é de admitir que esta intensifique as integrações económicas, as quais conduzem sempre a um aumento das migrações no espaço integrado. Se estes aspectos das migrações apresentam algumas relações com a globalização, o aspecto provavelmente mais evidente neste período é a **intensificação dos movimentos ilegais de mão-de-obra**, o retorno em grande escala da **escravatura** (do século XXI).

É na importância crescente dos mercados financeiros, na estreita interligação entre esses mercados, na grande diversidade de títulos e operações, nomeadamente sobre futuros, que está o aspecto principal da globalização.

Negoceia-se, por dia, no mercado mundial mais de um trilião e meio de dólares por dia. Em muitos países da OCDE os activos financeiros geridos pelos investidores institucionais são mais elevados que o produto interno bruto desses países e crescem a taxas muitíssimo superiores ao produto. O valor médio das transacções diárias nos mercados mundiais é cerca de duas vezes o produto interno bruto mundial anual.

A história da globalização é a história desta alteração quantitativa e qualitativa da financeirização, em que grande parte das operações são de **capital fictício**, isto é, de compras e vendas de títulos e divisas sem qualquer tipo de ligação, directa ou indirecta, aos processos produtivos.

Ora esta importância absoluta e relativa dos mercados financeiros, o peso do capital fictício, o seu crescimento a ritmos muito superiores ao do produto dos países fazem com que os mercados financeiros funcionem como um sorvedouro de recursos monetários provenientes de todos os sectores da actividade económica, pelo que podem funcionar como um obstaculizador ao próprio crescimento mundial do valor acrescentado.

As periferias interessam como fornecedores de recursos financeiros e não como mercados de bens e serviços. Os homens são "dispensáveis" na reprodução do sistema.

As actividades financeiras são actividades económicas, obviamente, mas de natureza improdutiva.

Se são uma actividade económica são úteis, mas isso não significa que sejam produtivas, isto é, que criem valor acrescentado, que criem valor novo. Há actividades económicas que produzem valor. Há actividades económicas que utilizam valor (rendimentos) para processos de troca de bens, incluindo também títulos ou divisas. Há actividades económicas que repartem valores (rendimentos) entre os cidadãos, seja em resultado da propriedade de cada um, seja em resultado das funções exercidas, seja em resultado de políticas económicas redistributivas, seja em resultado de um acto de caridade ou de outro tipo de vontade de qualquer possuidor de rendimento. Há actividades de utilização dos bens adquiridos no consumo pessoal ou produtivo (ex. utilização de equipamentos, utilização de energia, utilização de matérias-primas).

Continuemos o nosso olhar. **As actividades financeiras caracterizadoras da globalização não são produtivas. Isso significa que utilizam riqueza (stock) ou valor acrescentado (fluxo) criado em sectores produtivos.** Mesmo atendendo à grande velocidade de circulação das transacções nos mercados financeiros, a muitas delas serem realizadas com base em "crédito", e aos processos de compensação, a dimensão das

transacções financeiras mostra os elevados valores de captação de recursos provenientes de outros sectores de actividade. As crises financeiras e a rapidez com que essas situações de "ruptura da circularidade do crédito" foram ultrapassadas mostram não só que existem importantes fontes de fornecimento de valor acrescentado como há "reservas" a que se pode recorrer quando necessário.

«Onde e como se cria valor para alimentar a rendibilidade dos mercados financeiros?». «Como se processa a transferência?» Eis as perguntas cruciais. Há processos tradicionais e processos modernos.

Entre os primeiros está, em primeiro lugar, a utilização do valor acrescentado criado nos sectores produtivos, a utilização da mais-valia, resultante do trabalho, resultante do capital variável. Está, em segundo lugar, a transferência de recursos das economias subdesenvolvidas. Entre os segundos estão a mais-valia extra resultante de uma gestão empresarial à escala mundial, a posse privada dos sectores rentáveis da segurança social, e ainda todas as vantagens fiscais (compensadas por desvantagens para outros) e apoios às grandes empresas.

Dispensamo-nos de referir as formas de criação de mais-valia porque são sobejamente conhecidas, mas estejamos atentos às novas formas: (a) O desenvolvimento tecnológico, nomeadamente na informática e comunicações, conduziu à desqualificação de muitos sectores profissionais, passando para níveis próximos do trabalho simples ou tornando-os inadaptáveis às novas condições de trabalho. (b) Essas inovações tecnológicas criaram condições para um aumento da intensidade de trabalho, reduzindo, em alguns casos drasticamente, a porosidade do trabalho, os «tempos mortos». (c) O aumento da produtividade por hora (cronológica) de trabalho permite reduzir o valor das mercadorias constitutivas do valor da força do trabalho. (d) Os elevados níveis de desemprego, nomeadamente duradouro, a grande

rotatividade dos trabalhadores nos postos de trabalho propiciam uma maior «disciplina laboral» e a aceitação pelos trabalhadores de condições que estão longe da dignificação da pessoa humana. Tendência que é reforçada pelo enfraquecimento da luta revolucionária dos trabalhadores, pela crise político-ideológica das forças de transformação progressista da sociedade. (e) A gestão internacional das empresas e da força de trabalho permite um espaço geográfico-social de manifestação da concorrência entre trabalhadores mais favorável ao capital, que também procura aproveitar os enquadramentos mais vantajosos quanto aos encargos sociais e quanto ao rácio «salários-baixos/mão-de-obra-qualificada.» (f) A utilização de circuitos clandestinos de mobilização de mão-de-obra conduzem à formação de um «novo proletariado» desprotegido.

Quanto à transferência das economias subdesenvolvidas, para além dos procedimentos tradicionais e da importância atribuída aos sistemas monetário e financeiro, há que acrescentar alguns processos típicos da mundialização actual, da globalização: (a) A ampliação geográfico-social da influência do grande capital e o reforço do papel das empresas multinacionais (ou metanacionais, se preferirem) em muitas economias subdesenvolvidas. (b) O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional aumentaram a sua influência e foram acompanhados pela Organização Mundial do Comércio, herdeira do GATT. Com esta instituição reforçaram-se as tendências do «comércio livre».

Quanto a estes aspectos é interessante uma posição de STIGLITZ:

A mudança de mandato e de objectivos pode ter sido discreta, mas não tem sido subtil – o FMI deixou de servir os interesses *económicos* mundiais para servir os interesses *financeiros* mundiais. A liberalização do mercado de capitais pode não ter contribuído para a estabilidade económica global, mas abriu novos e vastos mercados a Wall Street. (2004: 263)

Sobre os processos modernos de apropriação de recursos para os mercados financeiros apenas, entre outros mecanismos possível de referir, a chamada de atenção para a grande importância da adopção de um sistema de reformas assente na capitalização e na gestão privada: permite uma elevada acumulação de recursos monetários provenientes da generalidade dos cidadãos, durante muitos anos imobilizados e de directa e fácil utilização nas bolsas. Apenas algum controlo estatal e legislativo são obstáculo, quando o são!

É nossa hipótese de trabalho que estas fontes de obtenção de rendimento para os mercados financeiros não são suficientes para sustentar os actuais volumes de transacções financeiras, o seu crescimento e a rápida recuperação perante situações de crise.

Há uma outra fonte: a economia não registada, na terminologia tecnocrata da OCDE, **ou economia subterrânea,** como preferimos designar. Uma parte será o resultado de uma fuga ao fisco, outra parte assumir-se-á como actividade informal (cujos contornos são difíceis de estabelecer) e uma outra como actividades ilegais.

É certo que “não existem estatísticas” para medir directamente esta realidade mas existem modelos, técnicas econométricas e procedimentos que permitem estimar com bastante rigor a sua existência e os montantes que atinge. Todas essas informações confirmam uma sua intensificação a partir da década de 80 (início da globalização) do século passado e hoje atinge aproximadamente 25% do PIB mundial. Por outras palavras, o produto anual mundial é 1,25 vezes o oficialmente anunciado, encontrando-nos todos nós “rodeados de economia subterrânea por todos os lados”. Não é uma excrescência do sistema, uma sua parte marginal, mas parcela integrante de todo o tecido económico, a que ninguém está totalmente alheio. 25% em média, que oscila entre 5% e 70%, para utilizar números redondos,

conforme os países, variando também a importância relativa das suas diversas componentes.

Acrescente-se em relação à economia subterrânea que: (a) muitas actividades aí englobadas são produtivas; (b) o facto de o dinheiro assumir-se como símbolo de poder e de felicidade, fim último da vida em camadas crescentes da população, enfraquece os comportamentos morais e cria condições favoráveis para a expansão desse tipo de economia; (c) a liberdade de circulação de capitais, a fraca intervenção do Estado, a fluidez dos mercados e o anonimato são suportes fundamentais para o «branqueamento de capitais», mais precisamente para a passagem do capital-dinheiro das actividades ilegais para as legais e destas para aquelas.

Os territórios *off-shore*, frequentemente conhecidos por paraísos fiscais, locais de bastante anonimato das operações financeiras, territórios situados nos "grandes países bem comportados", são estruturas particularmente apropriadas para todos estes processos de utilização dos recursos da economia subterrânea nos mercados financeiros. **A existência e reforço da economia subterrânea são peças fundamentais na existência e reprodução da globalização.**

Em resultado de todos os aspectos anteriormente referidos podemos afirmar que esta mundialização atinge todas as vertentes da sociedade, mas manifesta-se de forma desigual conforme os momentos e os locais, **ora integrando a acumulação capitalista mundial ora desarticulando as sociedades integradas/marginalizadas.** As regiões periféricas são integradas nos processos específicos da globalização ou afastadas deles conforme os interesses do grande capital internacional. O mercado de trabalho continua a ser um mercado fragmentado e segmentado. **As desigualdades sociais aumentam.**

As estatísticas comprovam inequivocamente que a partir de 1983 há um agravamento das desigualdades entre os diversos países do mundo. Como salienta Amin a tendência estrutural é de agravamento das desigualdades, de "maior polarização" (2000:246/7).

Não há informações estatísticas suficientes para se concluir sobre a evolução das desigualdades na repartição do rendimento entre cidadãos de um mesmo país ou, ainda menos, à escala mundial. Apesar desta precaução e da situação ser certamente diferente de região para região, de país para país, existem muitos indícios que apontam também para um agravamento das desigualdades entre cidadãos. A este propósito uma informação do PNUD que não nos pode deixar de chocar:

"Os 500 indivíduos mais ricos do mundo têm um rendimento conjunto maior do que o rendimento das 416 milhões de pessoas mais pobres".

C) Subdesenvolvimento não é atraso. Desenvolvimento não é aproximação aos ricos.

Para concretizarmos estas afirmações é necessário ter em conta três aspectos.

As problemáticas do subdesenvolvimento (utilizemos este nome ou outro) e do desenvolvimento são historicamente recentes.

Pegando nos trabalhos de reconstrução de séries económicas seculares, podemos facilmente concluir que as grandes diferenças de "desenvolvimento" entre países, e o aparecimento de uma tendência de agravamento, estão estreitamente associadas à Revolução Industrial.

O subdesenvolvimento, incluindo por força de razão em África, não é um fenómeno inevitável, "natural", mas um produto do capitalismo, incluindo nesta designação genérica a acumulação primitiva. Um produto que não foi gerado pelas sociedades hoje

subdesenvolvidas, mas imposto de fora - embora seja necessário analisar as cumplicidades de dentro, nos diversos momentos históricos - ora pelo escravagismo, ora pela colonização, ora pela imposição de certo tipo de relações de dominação económica, social ou política, ora pelo neocolonialismo. Acrescentemos a ajuda ao desenvolvimento e a imposição da globalização, como os responsáveis mais recentes.

Nunca nos esqueçamos que o próprio processo de "desenvolvimento" das periferias é parte integrante da globalização, é uma forma de reforçar o controlo e o poder do centro sobre as periferias, uma forma de manter os *status quo* herdado do neocolonialismo.

A política de desenvolvimento foi configurada jurídico-institucionalmente como uma intervenção dos desenvolvidos sobre os subdesenvolvidos.

Finda a II Grande Guerra os EUA assumem a hegemonia do mundo capitalista. A URSS sai reforçada. Os movimentos de libertação nacional, a vontade dos povos de decidirem do seu próprio destino, ganham força. Há um volumoso e longo trabalho de reconstrução a fazer. É nesse contexto que o presidente dos EUA Truman, no seu discurso em Janeiro de 1949 vai dedicar uma parte das suas propostas ao "subdesenvolvimento" e ao "desenvolvimento". Este é o combate da "miséria", da "fome", de uma "vida económica primitiva e estagnante", da "pobreza". Acredita-se que o desenvolvimento científico, a "cooperação económica", o "capital privado", a "agricultura" e o "trabalho" são capazes de resolver esse subdesenvolvimento. Este aparece como algo que existe "naturalmente", sem causa, pretendendo-se assim esquecer a responsabilidade do colonialismo.

Mas o que nos interessa particularmente nesta análise é o entendimento transmitido por Truman do que é o processo do desenvolvimento: este aparece como uma acção de um agente (desenvolvido) sobre outro (subdesenvolvido). Não se trata

apenas de uma referência retórica, mas de algo que corresponde ao núcleo duro do pensamento etnocêntrico sobre os "mais atrasados". É a continuidade, noutra época histórica, do que no Tratado de Versailles, depois da I Grande Guerra, ficou consignado: a existência de povos que não sabem cuidar de si mesmos e que as potências imperialistas tomam a responsabilidade de gerir. É a continuação do pensamento colonialista que perdura até hoje. Mas o que é mais importante é que essa concepção de "desenvolvimento" ficou oficialmente consignada como a que deveria vigorar. A partir daí multiplicaram-se as formas de "cooperação", os organismos internacionais e nacionais "para o desenvolvimento", as decisões políticas, os muitos milhares de especialistas da cooperação, desenvolvimento e outras especialidades, as ONGs. A ajuda ao desenvolvimento torna-se numa verdadeira indústria com sede nos países do centro e agências e representantes nos países da periferia. Uma indústria de reprodução do neocolonialismo. E se em muitas situações há boas intenções podemos reproduzir o ditado popular: "de boas intenções está o inferno cheio".

Finalmente, para completarmos esta nossa viagem reflexiva em conjunto, convém aprofundar uma leitura alternativa a esta posição consagrada institucionalmente: **o subdesenvolvimento é uma característica própria de um país ou conjunto de países, e não a ausência de algo que exista nos países desenvolvidos.**

As designações mudam e muitas vezes usam-se como sinónimos expressões que podem ter significados muito diversos. Há umas décadas falávamos em países "subdesenvolvidos" enquanto hoje adopta-se a terminologia de "em vias de desenvolvimento". Tanto uma como outra designação tem vantagens e inconvenientes e é irrelevante a utilização que fazemos de uma ou de outra, desde que estejamos atentos ao que significam e não nos deixemos embalar pelo som das palavras. Numa e noutra situação o suporte

da classificação é uma comparação com os outros, com os que, utilizando o modelo de Rostow, já passaram por essa fase: o subdesenvolvido ainda não é desenvolvido e a comprová-lo está a diferença entre um e outro visível através de informação estatística.

Esta forma de abordar o problema reflecte que

é a partir de um dos países «desenvolvidos» cuja dinâmica ocultava a especificidade dos países «subdesenvolvidos» que o subdesenvolvimento ganha o estatuto de problema autónomo. (Figueiredo & Costa, 1982:21)

Reflecte que a leitura vulgar do subdesenvolvimento e do desenvolvimento é etnocêntrica. Aliás, como salientava uma aluna do Mestrado em Estudos Africanos no Mindelo, Cabo Verde, do ponto de vista histórico as comparações estatísticas entre economias desenvolvidas e subdesenvolvidas não têm significado. Falando de “desenvolvimento capitalista” a história da Europa começou com a Revolução Industrial e a história de África começou com os processos de independência, quiçá com as lutas de libertação nacional.

Como salientam os autores anteriormente referidos

Uma concepção não enviesada do subdesenvolvimento deve integrar o reconhecimento das condições que tornem possível aos agentes sociais dos países «subdesenvolvidos» a avaliação da sua própria realidade. (29)

Por outras palavras **a caracterização do subdesenvolvimento deve resultar da estrutura dessas economias e não de uma sua comparação com os outros.**

A pista que aqui deixamos, enquanto economista e na senda das teses estruturalistas a propósito da América Latina, é que o subdesenvolvimento é a outra face da desarticulação, da ruptura

e do conflito entre diferentes "camadas" da sociedade, podendo-se estabelecer uma correlação positiva entre a frequência e intensidade dessas desarticulações e o nível dos indicadores frequentemente utilizados como *proxys* do subdesenvolvimento-desenvolvimento. Essa segmentação desarticulada expressa-se, para além doutras vias, por uma baixa densidade da matriz intersectorial.

Por outras palavras, menos técnicas, o subdesenvolvimento manifesta-se pela ausência de cadeias produtivas, pela ausência de articulação entre os diversos sectores de actividade num determinado espaço: país quase sempre, comunidade de países, outras vezes.

Logo, esta interpretação do subdesenvolvimento, logo do desenvolvimento, exige termos muito cuidado com os sinónimos que lhes atribuímos. Dois exemplos. Modernização da economia ou da sociedade pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Cooperação pode não significar desenvolvimento e pode até conduzir à sua negação. Numa situação e noutra basta que não altere a "densidade" da matriz intersectorial ou até a diminua. E não seria de estranhar que tal acontecesse porque é, provavelmente a situação mais habitual quando essa modernização ou essa cooperação é determinada essencialmente pelos interesses - e quando há verdadeiro altruísmo e vontade de ajudar os mais desfavorecidos frequentemente acontece o mesmo - das sociedades do centro, as líderes da globalização.

Só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz intersectorial, à redução do "dualismo desarticulado" (ou segmentação desarticulada).

Não se confunda, contudo, esta posição como auto-suficiência ou desinserção da economia mundial, o que seria em todas as circunstâncias, e particularmente hoje, um absurdo.

O desenvolvimento conduz a uma "aproximação aos ricos" em muitos aspectos da vida das populações, mas o desenvolvimento não é essa aproximação.

D) A cooperação pode ser prejudicial ao desenvolvimento.

Como é que a cooperação, que no dicionário de português tem como sinónimos "colaboração" e "solidariedade" pode ser prejudicial? Numa Europa herdeira de uma cultura judaico-cristã a ideia de cooperação não traz logo o bálsamo da concórdia, condição primeira para um futuro melhor? É preciso não nos deixarmos embalar por significados do conhecimento corrente que estão inteiramente desajustados do direito consuetudinário internacional, das práticas políticas e do significado económico.

Concretizando estas precauções insistamos em dois pontos.

O que é frequentemente designado por "cooperação para o desenvolvimento" envolve uma multiplicidade de formas de financiamento e de intervenção, como ressalta dos acordos e tratados internacionais, dos manuais sobre estes assuntos: "fluxos públicos", que vão da cooperação técnica ao apoio para o orçamento, da ajuda alimentar aos empréstimos; "donativos da ONG", eventualmente o que mais se aproxima da referida "solidariedade", apesar da grande diversidade de organizações não governamentais; "fluxos privados", que são uma vasta panóplia, incluindo investimento directo ou empréstimos bancários. **O que antes se designava por "negócio empresarial" hoje designa-se, em muitas situações, por "cooperação"**, mas não é por essa via que o lucro se transforma milagrosamente em rendimento das populações autóctones.

Entendendo-se desenvolvimento como a acção do agente desenvolvido sobre o agente subdesenvolvimento – concepção que já repudiámos – a cooperação é a figura institucional que

permite essa acção, que permite a ligação do desenvolvido ao subdesenvolvido. Logo, **a cooperação é parte integrante da concepção do desenvolvimento que é o prolongamento do colonialismo. É uma nova faceta do neo-colonialismo.**

Acrescente-se que muitas vezes a cooperação é uma capa para a hipocrisia política internacional. Faz-se a guerra e depois desencadeia-se a "ajuda aos desalojados" ou a "ajuda humanitária".

Um estudo recente muito interessante, tanto mais quanto as suas posições resultam da interpretação dos próprios documentos das organizações de Bretton Woods, que nunca aceitariam as suas conclusões, Milando dissecou o conceito de "cooperação":

Importa distinguir três dimensões diferentes do "desenvolvimento". Em primeiro lugar, distingue-se o **"desenvolvimento-processo"**, isto é, o conjunto de práticas e dinâmicas sociais em curso", tendo como mentores principais os "operadores de desenvolvimento". Incluem-se, aqui, as políticas, as organizações, as instituições, os profissionais e os terrenos de exercitação que existem e se reproduzem em torno da noção de desenvolvimento. Estes elementos configuram dinâmicas sociais facilmente identificáveis pelos dispositivos metodológicos que engendram e tentam pôr continuamente em prática. Uma outra dimensão do fenómeno de desenvolvimento é designada por **"desenvolvimento-resultado"** e refere-se aos resultados reais que a primeira dimensão produz. Finalmente, em terceiro lugar, há o **"desenvolvimento-utopia"**.

(2005:37)

Partindo-se de uma certa ideia de desenvolvimento (utopia) desencadeia-se a actuação dos operadores de desenvolvimento (processo) que conduz a um certo resultado nos países de destino (resultado). A conclusão a que chega é que os resultados são

ridículos em relação à dimensão do processo e das intenções utopicamente reveladas. Utilizando a linguagem popular, a montanha pariu um rato, que ainda por cima pode ter actuações nefastas.

Se estamos de acordo com o diagnóstico dos resultados, estamos em desacordo com as suas causas. Este autor coloca a causa da falência na ineficácia do desenvolvimento-processo. Para nós o cerne do problema está na própria concepção de que o desenvolvimento é um processo deste tipo, na ideia de que há países e povos que, por esta ou aquela razão, não são capazes de assumir a responsabilidade do seu destino.

O que actualmente se designa por cooperação é necessariamente prejudicial ao desenvolvimento? Provavelmente não. Além disso não se pode passar da concepção de cooperação e desenvolvimento que hoje vigora para outra totalmente diferente sem uma "reparação" dos estragos causados por muito acontecimentos históricos passados.

O que afirmamos é que a "cooperação" pode gerar agravamento da desestruturação das relações interindustriais e, nesses casos, estamos perante acções de "cooperação para o desenvolvimento" que agrava o subdesenvolvimento. Infelizmente muitas das acções de cooperação estão nesta situação.

A cooperação gera dinâmicas de desenvolvimento mas é nos países já desenvolvidos. Dá lugar à ampliação da "indústria e serviços de cooperação".

Referências Hipócritas

As teorias sucedem-se, as missões da indústria da cooperação agitam-se, os consensos vão sendo forjados na sombra das fragilidades políticas das periferias e da esperança de benesses financeiras, a pobreza nas suas formas mais extremas continua.

É necessário manter a esperança, enquanto marketing, enquanto apaziguador, enquanto satisfação intelectual de alguns. Novas teorias surgem, tornam-se moda. Todas são bem vindas desde que permitam remeter para os subdesenvolvidos a responsabilidade do seu subdesenvolvimento, desde que não escarafunche o passado, onde se poderia encontrar decisivas responsabilidades das economias do centro, desde que confirmem as teses neoliberais dominantes.

A justificação do atraso de África por serem “economias rendeiras” está na moda. Tão na moda que cronistas mal informados sentem a necessidade de utilizar essa terminologia quando vagueiam por terras desconhecidas, por mundos africanos, que seguramente nunca tiveram a preocupação de compreender.

Gostaria, por isso de deixar alguns breves apontamentos sobre as explicações das “economias rendeiras”, que rapidamente se assumem como “Estados rendeiros”:

- Estas teorias exigem, em primeiro lugar que analisemos com muito cuidado o que se designa por renda e como esta é parte integrada da organização económica, social e política. Ao concentrar a noção de renda no “rendimento acima do esperado” está automaticamente a atribuir malevolência ao conceito de renda. O esperado é o normal, isto é, o correspondente à remuneração dos factores - o lucro como categoria social com características próprias não existe, a sua natureza é igual ao salário e ao juro, remuneração adequada às respectivas produtividades dos factores - e ao espontâneo funcionamento do mercado caminhando para o equilíbrio. Logo, a renda é um impeditivo ao livre funcionamento dos mercados, logo é condenável. E porque em vez de sociedade rendeira tende-se a falar de Estado rendeiro mais uma vez o Estado aparece como um empecilho ao desenvolvimento.

- É verdade que em muitas sociedades africanas as rendas assumem uma grande relevância no PIB. Tal situação não vale por si, mas enquanto indicador de economias que, por razões históricas, dependem muito fortemente da produção mineira e petrolífera, do sector agrário. É certo que frequentemente o Estado é um dos detentores importantes da propriedade ou de direitos importantes sobre a exploração e a exportação e que concentra na sua posse uma importante percentagem da renda. Contudo estas situações não são boas ou más em si. São más enquanto expressão de uma estrutura produtiva virada para o exterior e desarticulada. Nos processos de independência também as alternativas eram escassas, pois ou os novos Estados mantinham a estrutura e posse da propriedade como dantes - o que prolongava na independência muitos dos aspectos essenciais do colonialismo - ou tinham que assumir o seu controlo total ou parcial. Uma leitura cuidada destas situações remete para a história que se pretendia esquecer e desloca a problemática para a estrutura produtiva.
- A existência de rendimentos assentes na propriedade é um entrave ao crescimento da economia capitalista - este problema foi muitas vezes tratado por Marx numa época histórica e para sociedades diferentes, mas mantém toda a actualidade e generalidade. Numa época de forte competitividade internacional, o "imobilismo" da propriedade conflitua com o forte "mobilismo" da organização produtiva flexível, fácil de se transformar. Nessa medida, e porque a grande importância da renda está associada a uma dependência comercial do exterior e ao "dualismo" desarticulado, de que já falámos, uma "economia muito dependente da renda" está em piores condições para participar na competitividade internacional.

- Os estudos de casos das economias rendeiiras mostram que a sua existência e a sua distribuição não tem apenas aspectos negativos. Também tem, em muitas situações aspectos positivos, nomeadamente permitindo uma acumulação primitiva que os países subdesenvolvidos não tiveram condições de realizar. É certo que em muitas situações as formas de distribuição da renda configuram clientelismo, corrupção e diversas formas de fraude. A existência da renda pode facilitar ou ampliar essas situações mas o problema não está na renda mas nas "elites políticas", no Estado.
- Concentrando a atenção sobre as economias subdesenvolvidas estes modelos esquecem-se de dizer que nas economias desenvolvidas também há grandes manchas de dependência da renda, como vimos a propósito da financeirização da economia no período da globalização.

Enfim, há que utilizar estas noções na moda com muito cuidado, passando-os pelo crivo crítico da ciência.

Apontamento final

Ainda muito poderia ser dito aqui, como síntese do afirmado anteriormente ou como ponto de partida para outros trabalhos, mas preferimos terminar como fizemos na comunicação no IX Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais (Luanda. Novembro 2006).

Não temos dúvidas que a actual situação tem de ser radicalmente alterada, o que só será conseguido pela luta: de esclarecimento, de mudança da correlação de forças nos "colégios invisíveis, de mudança das práticas sociais. Espontaneamente a correlação de forças é favorável à continuação da globalização e deste "desenvolvimento". Também sabemos que o futuro é uma construção colectiva e que não haverá à partida um novo paradigma de

referência. Daí a importância da transcrição que apresentamos no início deste ponto.

A melhoria da qualidade de vida dos africanos tem de ser essencialmente obra dos africanos no contexto da economia mundializada. Tenhamos, contudo, cuidado com estas formulações demasiado genéricas: em “a melhoria da qualidade de vida dos africanos (a1) tem de ser obra dos africanos (a2)” estamos a utilizar o mesmo termo com dois significados diferentes. Por a1 pretendemos designar todos os cidadãos que vivem no continente africano; por a2 estamos a subentender um seu subconjunto, onde os detentores do poder e as elites (para utilizar uma terminologia na moda) têm uma função primordial. Ora muitos elementos deste segundo subconjunto serão mais associados ao *statu quo* e mais afastados da qualidade de vida do primeiro conjunto que muitos cidadãos dos países altamente desenvolvidos.

Bibliografia Essencial

CARNEIRO, Emmanuel Moreira. 2004. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana. Caracterização e Consequências*. S. João do Estoril: Princípiã.

ESTEVÃO, João. 2005. O Desempenho Económico da África Subsariana (1960-2002): Leituras e Interpretações. In *Seminário conjunto do Mestrado em Economia e disciplina de Política Económica da Licenciatura em Economia*. Coimbra.

FIGUEIREDO, Ant. M., and Carlos S. COSTA. 1982. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações em Torno de um Conceito. Antologia e Roteiro Crítico*. Porto: Afrontamento.

—. 1986. *Do Subdesenvolvimento. Vulgatas, Rupturas e Reconsiderações*. Tomo I: Conceito. Rupturas. Porto: Afrontamento.

- GOUMEZIANE, Smail. 2003. *Le Pouvoir des rentiers. Essai sur l'histoire de la rente et des rentiers des origines à nos jours*. Paris: Éditions Paris-Méditerranée.
- GUSDORF, Georges, Jean PIAGET, John DEWEY, Heinz HECKHAUSEN, Trace JORDAN, Sally A. BROWN, Félix GUATTARI, Georges VAIDEANU, Julio de ZAN, Jorgen MITTELSTRASS, Martin CARRIER, Gerhard FREY, and Pierre DELATTRE. 2006. *Interdisciplinaridade. Antologia*. 1 vols. Porto: Campo das Letras.
- HUGON, Philippe. 2006. *L'économie de l'Afrique*. 5 ed. Paris: La Découverte.
- KHAN, Mushtaq H. (Ed), and JOMO K. S. (Ed.). 2000. *Rents, Rent-Seeking and Economic Development. Theory and Evidence in Asia*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LEONTIEF, Wassily. 1988. *A Economia do Insumo-Produto*. Translated by M. D. DAVID. 3 ed. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. 1967/9. *Le Capital*, 8 Volumes. Translated by J. ROY. Paris: Editions Sociales.
- MILANDO, João. 2005. *Cooperação sem Desenvolvimento*. Lisboa: ICS.
- NYERERE, Julius K. 1970. *Socialisme, Democratie et Unité Africaine. La Declaration d'Arusha*. Translated by J. MFOULOU. Paris: Présence Africaine.
- ONU. 2006. *The Inequality Predicament. Report on the World Social Situation 2005*. Place Published: ONU
- PIMENTA, Carlos. 2004a. *Globalização: Produção, Capital Fictício e Redistribuição, Ideias - Economia*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- . 2004c. Contributos para Repensar a Interdisciplinaridade e a Complexidade nas Ciências Sociais. In *Estudos em Homenagem ao professor Doutor Jorge Ribeiro Faria*. 2003. Coimbra, Coimbra Editora.

- . 2007. Globalização e Desenvolvimento: Realidade, Possibilidade ou Miragem? *Working Papers / CEAUP* (1):41.
- PIMENTA, Carlos (org.). 2004. *Interdisciplinaridade, Humanismo e Universidade*. Porto: Campo das Letras.
- PNUD. 1990/2007. *Human Development Report*. New York: PNUD.
- SANTOS, Maciel. 2006. A historicidade das sociedades rendadeiras – contributo para a crítica da rentier theory, *Conferência CODESRIA*..
- SCHNEIDER, Friedrich. 2004. The Size of the Shadow Economies of 145 Countries all over the World: First Results over the Period 1999 to 2003. *IZA - Discussion Paper* (No. 1431):64.
- . 2006. Shadow Economies and Corruption All Over the World: What Do We Really Know? *IZA - Discussion Paper* (2315).
- STIGLITZ, Joseph E. 2004. *Globalização, A Grande Desilusão*. Translated by M. F. DUARTE. 3ª Revista ed. 1 vols. Lisboa: Terramar.